

A “HORA DO CHUMBO”: O GOLPE DE 1964 A PARTIR DO OLHAR DE DARCY RIBEIRO

THE “LEAD TIME”: THE MILITARY COUP OF 1964 FROM THE PERSPECTIVE VIEW ACCORDING TO DARCY RIBEIRO

Edi de Freitas Cardoso Júnior¹

Resumo: Procuramos reconstituir a atuação de Darcy Ribeiro no âmbito da estratégia política e atos finais de João Goulart no governo, nos estertores da crise que resulta no golpe de 1964. O antropólogo ocupa o cargo de ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República quando ganha relevo a mobilização sindical-popular impulsionada pelo Planalto, em cooperação com as esquerdas, em favor das reformas de base. O objetivo de Jango seria pressionar e persuadir o legislativo a aprovar o programa reformista, oficializado através da *Mensagem presidencial* de 1964. Desse modo, destaca-se o *Comício das reformas*, realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março. *Mensagem* e *Comício* constituem ações complementares, materializando a jogada política decisiva do presidente. Darcy Ribeiro colabora em ambas as frentes. Além de ocupar-se de redigir a *Mensagem*, estabelece contatos políticos visando obter apoios para atos públicos em defesa do governo federal e das reformas. Desse modo, o ministro-chefe do Gabinete Civil contribui fundamentalmente para a estratégia final de poder implementada por Jango para viabilizar politicamente as reformas. Também procuramos identificar os passos de Darcy Ribeiro nos acontecimentos subsequentes ao *Comício*. Ele permanecerá ao lado do presidente até se consumir sua deposição. Darcy Ribeiro e Waldir Pires, consultor-geral da República, são os últimos integrantes do governo a deixar o Planalto, após esgotarem-se todas as possibilidades de resistência.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro; João Goulart; trabalhismo; golpe de 1964.

Abstract: We seek to reconstitute Darcy Ribeiro's performance within the scope of João Goulart's political strategy and final acts in government, in the rattles of the crisis that resulted in the 1964 coup. The anthropologist occupies the position of chief minister of the Civil Cabinet of the Presidency of the Republic when gains importance the union-popular mobilization impelled by the Planalto, in cooperation with the lefts, in favor of basic reforms. Jango's objective would be to pressure and persuade the legislature to approve the reformist program, made official through the *presidential Message* of 1964. In this way stands out the *Rally of Reforms*, held in Rio de Janeiro, on March 13. *Message* and *Rally* constitute complementary actions, materializing the decisive political move of the president. Darcy Ribeiro collaborates on both fronts. In addition to taking care of writing the *Message*, he establishes political contacts in order to obtain support for public acts in defense of the federal government and reforms. In this way, the chief minister of the Civil Cabinet contributes fundamentally to the final strategy of power implemented by Jango to make the reforms politically viable. We also

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG. E-mail: edi.cardoso@ifnmg.edu.br.

try to identify Darcy Ribeiro's steps in the events subsequent to the *Rally*. He will remain at the president's side until his deposition is completed. Darcy Ribeiro and Waldir Pires, general consultant of the Republic, are the last members of the government to leave the Planalto, after exhausting all possibilities of resistance.

Keywords: Darcy Ribeiro; João Goulart; laborism; 1964 military coup.

Comício das reformas

Entre outubro de 1963 e março de 1964, observa-se significativo agravamento da crise político-institucional enfrentada por João Goulart. A oposição cresce e radicaliza-se dia após dia. O terreno parlamentar revela-se inóspito à proposta de reformas de base contida na *Mensagem presidencial* de 1964. Apesar do assíduo esforço do presidente no sentido persuadir o Congresso, durante quase um ano, não colhera quaisquer frutos. Os tradicionais caminhos da conciliação/acomodação parecem obstruídos para o chefe do executivo. Tenta persistentemente concatenar em favor de suas reformas o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), cuja histórica aliança esteia a democracia brasileira pós-1945. Não consegue. A costumeira composição partidária, aliás, decompõe-se. Leva consigo posições políticas de centro fundamentais à negociação e ao consenso a partir dos quais Jango idealizara viabilizar seu programa de governo. Em 10 de março, em resposta ao anúncio do *Comício das reformas*, o PSD rompe com o presidente. Atacado pela direita, assiste até mesmo seu partido, o PTB, escapar-lhe ao controle. Petebistas ideologicamente situados mais à esquerda, embora favoráveis ao projeto político exponenciado por Jango, divergem do seu método de ação. Acreditam, a exemplo de outros grupos esquerdistas, que o presidente deveria abandonar a tática da negociação, impondo as reformas “na marra”.

Evidencia-se, assim, o esgotamento da estratégia presidencial de diálogo com setores conservadores do Congresso, já há algum tempo, ampla e contundentemente contestada pelas esquerdas. Desde meados de 1963, estas rechaçam a “política de conciliação” e demandam “definição!”. Parte delas, inclusive, então, rompem com o governo sob a justificativa de indefinição deste. Jango jamais se encontrara tão solitário politicamente. Neste quadro árido de alternativas, ele reata seus laços com suas bases históricas. Ou seja, busca continuar sua luta ao lado de quem de fato as apoia: as esquerdas, sindicatos e trabalhadores das cidades e do campo. Opta, enfim, conforme Jorge Ferreira (2011), por defender as reformas através da “política do confronto”.

De acordo com Darcy Ribeiro (1997, p. 325), como ministro-chefe do Gabinete Civil, fora um dos integrantes do Planalto encarregados de viabilizar a implementação da nova estratégia política engendrada por

João Goulart como recurso final em sua luta pela aprovação das reformas de base. Sobre essa experiência, lembra o professor:

A partir da primeira semana de março, pus de lado a burocracia para me dedicar à política, porque vi que o Brasil estalava, prestes a romper-se. Passei a dar maior atenção a meus homens que vigiavam as Forças Armadas e os sindicatos e a relatar ao presidente, quisesse ele ou não, o que me diziam. Ocupei-me também, desde então, a mobilizar eu próprio as forças que podia em aliados nos estados, na CGT, na UNE e nos grandes sindicatos, para as ações de massa previstas para 1º de maio.

Desse modo, segundo relata, além de manter João Goulart informado quanto à agitação política, Darcy Ribeiro colabora com o presidente em seu intuito de “arregimentar todas as forças progressistas do país para forçar o Congresso a aprovar nosso projeto de reforma agrária”. A depender da força político-social mobilizada, explica, pretendem “exigir uma delegação legislativa” para que Jango “promovesse as reformas a ser referendadas depois em plebiscito”. Delegação e plebiscito figuram na *Mensagem Presidencial* de 1964 ao Congresso, vale reiterar, entre as demandas de maior repercussão, ao lado da questão das elegibilidades. Infere-se, pois, uma avaliação positiva dos potenciais frutos da frente costurada com a participação do ministro-chefe do Gabinete Civil, bem como, através de esforços governistas congêneres. Além da *Mensagem* e *Comício das reformas*, integraria a corrida para implementá-las e confrontar opositores intensa programação de atos públicos, definida em fins de março. Os eventos ocorreriam em diversas cidades ao longo de abril,² encerrando-se em 1º de maio, dia do trabalho e/ou trabalhador e data da promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com uma grande celebração político-popular em São Paulo. O 1º de maio, data-chave para a cultura política trabalhista, na capital paulista, incluiria a deflagração de uma greve geral destinada a robustecer a pressão popular voltada a mover o Congresso em favor das reformas.³

Isto, segundo Darcy Ribeiro (1997, p. 325), porque:

(...) só uma greve geral, acompanhada de grandes manifestações de massa, teria força para romper a barreira secular que consagrava o latifúndio. Tínhamos que romper o supremo abuso da lei brasileira, escrito no artigo 141 da Constituição, que garantia aos açambarcadores de terras o direito de não usá-las e não deixar ninguém usar. Não plantar e não deixar plantar, ainda que o povo morra de fome.

Portanto, o plano governista-esquerdista seria, além dos comícios em março e abril, lembra Darcy Ribeiro (1997, p. 527), desencadear a partir de 1º de maio “um movimento grevista operário e camponês” capaz de unificar o povo e impelir o legislativo a aprovar o programa político apresentado por Jango no *Comício* de 13 de março e formalizado na *Mensagem* do dia 15 seguinte. O apoio dos trabalhadores mobilizados nas ruas reergueria o governo, conferindo ao presidente, enfim, à revelia da oposição, condições para obter a implementação das medidas

² Dia 3, em Santos; 10, em Santo André; 11, em Salvador; em Ribeirão Preto, 17; celebração do aniversário de Getúlio Vargas, dia 19, em Belo Horizonte; e Brasília, 21 (FERREIRA, 2011, p. 439).

³ Conforme Menandro, que se refere a comícios apoiados pelos sindicatos e presididos por João Goulart programados também para Porto Alegre e Recife, a expectativa seria reunir no ato de 1º de maio “um milhão de trabalhadores”. FGV. CPDOC. MENANDRO, Heloísa. **Comício das reformas**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comicio-das-reformas>. Acesso: 20.10.2020.

prioritárias de sua gestão: reforma agrária e controle do capital estrangeiro “já estatuído em lei”. Considerando-se, inclusive, como recursos políticos adicionais, a delegação legislativa ao executivo e a consulta plebiscitária.

Quanto à sua participação nas articulações governistas relativas à marcha sindical-popular pelas reformas de base, tendo em vista os eventos a serem realizados entre março e abril, assim como, seus possíveis desdobramentos pós-dia do trabalhador, Darcy Ribeiro (1997, p. 343) relembra emblemática conversa com Luís Carlos Prestes. Então, encontra-se com o líder comunista e ex-senador para “preveni-lo” acerca da jornada de “pressão” com perspectiva de desdobramento “numa greve tão ampla quanto possível”. Além de expor o plano de Jango a Prestes, Darcy Ribeiro procura-o em busca do “apoio indispensável do Partido Comunista” para preparar as pretendidas manifestações camponesas e operárias. “Nós não faltaremos a ele, professor. Só exigimos que dê uma formalização legal ao que venha a fazer”, diz o líder pecebista, deixando claro que Jango poderia contar com os comunistas. Todavia, equivocadamente, imagina tratar-se da preparação de um golpe governista. Por mais que o ministro-chefe do Gabinete Civil explique “que o golpe que se armava era contra nós, para nos derrubar”, Prestes reafirma total “acordo” dos comunistas “com um golpe se Jango o desse”. Assim, conclui Darcy Ribeiro: “Prestes achava que tudo era cor-de-rosa”.

Darcy Ribeiro (1997) avalia que Prestes reflete compreensão transversalmente propagada na sociedade brasileira pela mídia acerca de hipotéticas intenções golpistas de Jango. A cobertura jornalística teria se centrado há tempos em denunciar supostas tendências continuístas e/ou subversivas do presidente. Por conseguinte, essa perspectiva torna-se hegemônica, impregnando-se nos mais diversos setores do espectro político-ideológico. Segundo o professor, apenas o povo, cuja compreensão do real apoia-se na luta concreta pela sobrevivência, e não na leitura dos jornais, escaparia a essa visão. À esquerda, como à direita, critica Darcy Ribeiro, conforme a imprensa antigovernista então informa massivamente, acredita-se que Jango estaria se movendo a passos largos para dar o golpe. Ao contrário, lamenta, o mandato do presidente é que então está em xeque.

No começo de 1964, a exemplo de seu diálogo com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Prestes dá diversos sinais de apoio irrestrito a Jango, inclusive para uma eventual ruptura institucional. Acerca de uma possível reeleição do chefe do executivo, que o ex-senador situa como líder do processo revolucionário brasileiro, ou eleição de Brizola, declara, os referidos expoentes trabalhistas desempenhariam, no Brasil, papel correlato ao de Fidel Castro em Cuba. “Não podemos ficar encerrados no ‘círculo de giz’ da legalidade”, afirmara então o proeminente comunista brasileiro. Nesses termos, evidencia seu aval a um eventual golpe governista. Todavia, não há indícios de que o presidente pretendesse ou se preparasse para trilhar esse caminho (FERREIRA, 2011, p. 434, 436, 440). Fato é que as esquerdas, assim como Prestes, conforme exemplifica o depoimento de Darcy Ribeiro, não compreendem com a devida precisão a conjuntura política em vista. Subestimam a ostensiva conspiração direitista e maximizam poderes e rumos do governo e suas bases políticas

de apoio. Um memorável dia do trabalhador em São Paulo, coroando grande marcha sindical-popular pelas reformas, com eventos multitudinários em várias cidades, com a perspectiva de iniciar uma greve de larga abrangência e mais manifestações para pressionar o Congresso a aprovar especialmente a reforma agrária ainda em maio, todavia, encerra-se no plano das intenções. “O golpe foi dado um mês antes, frustrando nossos planos”, queixa-se Darcy Ribeiro (1997, p. 319).

No começo de 1964, tanto governo quanto oposição miram maio como momento de definição, desfecho. Porém, claro, com objetivos e métodos diametralmente opostos. O governo aposta no simbolismo de 1º de maio para potencializar a participação política popular direta. Conforme Jango reitera em diversos pronunciamentos, inclusive no *Comício das reformas*, tratar-se-ia de alcançar as reformas através de mecanismo democrático: o direito do povo, fonte da legitimidade de todo o poder, manifestar pacificamente sua opinião, pensamentos e demandas ao governo – “princípio fundamental dos direitos do homem, contido na própria Carta das Nações Unidas, e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros”.⁴ No caso, defendendo, nas ruas e praças, a reforma agrária e afins. A oposição, por sua vez, ao contrário, adota a estratégia antidemocrática de impor seus interesses por meio da força, articulando e desferindo um golpe sustentado em armas, internas e externas. Segundo Darcy Ribeiro (1997, p. 334), embora a “preparação” golpista visasse maio, inclusive preventivamente, supondo a apropriação da data em favor de planos governistas, o golpe antecipa-se em decorrência da precipitação dos conspiradores em Minas Gerais, abordada adiante.

Sendo assim, o *Comício das reformas*, ocorrido na sexta-feira, 13 de março, à noite, na praça Cristiano Ottoni, em frente à estação ferroviária Dom Pedro II, ou Central do Brasil, e ao Ministério da Guerra, na cidade do Rio de Janeiro, contrariando expectativas de Jango e seus aliados, efetiva-se como ato público final da eletrizante corrida do presidente para implementar seu programa político com apoio das esquerdas, entidades sindicais e populares. Já nos estertores da crise político-institucional enfrentada por seu governo, em poucos dias, Jango viveria drama inaudito em sua trajetória. Deposto por um golpe militar, perseguido e ameaçado, sem condições de permanecer com segurança no país em que, legitimamente, há dois anos e meio, chegara à presidência, decidiria partir para o exílio. Como ele, Darcy Ribeiro, Waldir Pires, Leonel Brizola e inúmeros protagonistas políticos nacionais ver-se-iam, da noite para o dia, destituídos de seus direitos básicos e garantias fundamentais. Isto é, privados da condição de cidadãos, lançados de encontro ao imponderável de uma guerra desproporcional, imoral, ilegal e mortal. Convertidos subitamente em inimigos políticos de uma ditadura militar, resta-lhes o caminho do desterro. Para muitos, inclusive o presidente, sem volta.

Darcy Ribeiro (1997, p. 342-343, 348-349) associa ao *Comício das reformas* propósitos diversos. Com o ato público, lembra, Jango visa expressar “seus planos de reforma estrutural para a renovação do Brasil” contidos na *Mensagem*, antecipando “ao povo o que exigia do Congresso”. Uma vez que “a mídia subornada não dava notícia ou deturpava” suas

⁴ MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. In.: *Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82.

ações, o presidentealaria de seus planos diretamente às suas bases de apoio massivamente reunidas. Além de romper o filtro negativo sobreposto à sua gestão pela imprensa hegemônica, na oportunidade, Jango evidenciaria “a popularidade das reformas que promovia”, assim como, “seu prestígio popular”. Por este ponto de vista, o *Comício* constitui “um gesto eloqüente”, necessário para impulsionar a marcha reformista e conferir ao presidente “consagração popular frente a avalanche de ataques que sofria”. Tratar-se-ia, portanto, de demonstração da força política do governo. A reunião serviria, ainda, para demarcar uma guinada político-estratégica de Jango com vistas à efetivação do plano reformista. Diante de milhares de espectadores atentos, o presidente confraternizar-se ia com as esquerdas e o povo. Todos, enfim, unidos em uma “Frente Única Popular” pelas reformas estruturais, exigindo o alinhamento do Congresso à vontade das ruas. O afetuoso abraço de Jango em Leonel Brizola ao recebê-lo em um palanque repleto de oradores esquerdistas é um indicativo explícito do fim da política presidencial pautada essencialmente em negociação institucional e início de uma política de pressão político-popular. Neste clima, o *Comício das reformas* começa a “chamar o povo para os atos de massa que programava para o Dia do Trabalho”, pontua Darcy Ribeiro (1997, p. 343).

Isto posto, conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p. 262-263), o evento colocase como um “divisor de águas”. Destina-se, deliberadamente, a “marcar o começo de uma nova fase do governo”. Caracteriza-a, de um lado, “ofensiva pública” de João Goulart pela implementação das reformas de base, agora, abertamente aliado às esquerdas. De outro, movimento de “pressão” do presidente e apoiadores em resposta à ascendente oposição ao governo federal. Arregimentando a adesão pública de “grupos populares simpáticos à causa nacional-reformista”, Jango busca evidenciar sua força a setores contrários às “mudanças constitucionais” por ele pretendidas. Dessa maneira, espera finalmente convencer o Congresso a concretizar as reformas ainda em 1964. Nas palavras de José Gomes Talarico,⁵ um dos organizadores do *Comício*, o evento “começará a mostrar o lado prático da união povo-govêrno na luta pela obtenção, custe o que custar, das Leis que possibilitem as reformas de base”.

Em 23 de agosto de 1963, realizara-se grande comício na praça Marechal Floriano, Rio de Janeiro, com a presença de Jango. Dedicado à memória de Getúlio Vargas e defesa das reformas de base, o evento é denominado, em diversos registros, “Dia de Vargas”. Então, ao discursar, após uma série de oradores de esquerda, Jango assinala a urgência e imprescindibilidade das reformas, admoestando o Congresso a aprová-las

⁵ ÚLTIMA HORA. **Êxito do Comício Garantido: Agitação é só Boato, Rio de Janeiro**, segunda-feira, 09 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97876>. Acesso: 19.09.2020.

em sintonia com o sentimento popular. Por fim, compromete-se a retornar àquela mesma celebração, em 1964, para mais uma vez se confraternizar com o povo, desta feita, comemorando a efetivação das reformas. O evento de 1963, na Cinelândia, mantém-se alheio ao interesse da maioria dos analistas. No entanto, trata-se de acontecimento político relevante. E, importa acrescentar, guarda muitas semelhanças com o *Comício das reformas*, de 1964. Tal continuidade parece-nos elucidativa à compreensão dos passos políticos de Jango. Uma comparação de falas proferidas por Jango em 1963, com o teor discursivo do *Comício e Mensagem das reformas*, de 1964, revela permanências que nuançam a ideia de uma ruptura expressiva na estratégia política governista às vésperas do golpe, quando, assinala-se, o presidente desiste de conciliar e opta por confrontar. Parece-nos que a primeira estratégia tem razoável sobrevida no bojo da crise final, arrefecendo a segunda que, portanto, seria mais discursiva do que prática. Jango não se mostra de fato disposto a romper com as regras estabelecidas (democracia), muito menos decidido ao confronto além dos limites da política institucional. Ele e, nem mesmo as esquerdas verbalmente radicais, preparam-se para o enfrentamento direto. Não obstante a complexidade do contexto, Jango aposta na mobilização popular-esquerdista como mecanismo pacífico e democrático. Ao contrário dos adversários, não se articula com setores armados e, mesmo diante da sublevação golpista, recusa-se a empregar, legitimamente, as forças militares que se mantêm fiéis para reprimi-la. A resistência ao golpe é pontual e rapidamente derrotada.

Pretende-se, desde o início dos preparativos, que o *Comício* de 13 de março ultrapasse os limites da retórica reformista. Dar-se-iam, pois, no transcorrer do ato público, passos concretos rumo a efetivação das reformas estruturais. Desse modo, a programação do evento inclui a assinatura de decretos presidenciais relativos à reforma agrária, encampação de refinarias particulares, implementação imediata da remessa de lucros e congelamento de aluguéis. Estas medidas seriam assinadas por João Goulart entre a véspera e o dia seguinte à manifestação, na qual as apresentaria ao realizar seu pronunciamento. Dada a primazia conferida à reestruturação fundiária no projeto político do governo Jango, o decreto de maior destaque é o da Superintendência da Política Agrária (SUPRA).⁶ *Grosso modo*, ele autoriza, para fins de reforma agrária, a desapropriação de propriedades improdutivas, com área superior a cem hectares, situadas numa faixa de dez quilômetros às margens de rodovias ou ferrovias federais. Assim como, aquelas com mais de 30 hectares, localizadas em áreas de bacias de irrigação dos açudes públicos federais. A medida implica, inclusive, a cessão ao domínio público de fazendas do próprio Jango, por ele prontamente solicitada a João Pinheiro Neto, presidente da SUPRA. Isto, por certo, reforçaria sua determinação e condição moral em defesa da reforma agrária, que há tempos sustenta. Assim, a legislação da SUPRA é proposta como marco inicial à efetivação da reforma agrária no país (FERREIRA, 2011).

Todavia, Darcy Ribeiro (1997, p. 348-349) teria desaconselhado as medidas presidenciais vinculadas ao *Comício*, atribuindo-as a iniciativa pessoal de Jango. A respeito, recorda o professor:

⁶ ÚLTIMA HORA. Jango Dedicará o Comício à SUPRA, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98024>. Acesso: 20.03.2020.

Não fui consultado, mas meramente informado dos atos que [Jango] assinaria ali e que eu desaconselhava, dizendo: ‘Decreto não anula Constituição’.

(...) Tudo muito desejável, mas inviável por esse caminho. Não era a reforma agrária que dois dias depois proporíamos ao Congresso através da mensagem presidencial. Era apenas um gesto eloquente de que necessitávamos para pôr em marcha o motor das reformas estruturais.

Editorial do *Jornal do Brasil*, disponível na manhã de 13 de março, indica-nos como as medidas reformistas defendidas por Jango e, notadamente, sua estratégia política final para viabilizá-las, são percebidas pela oposição no exato momento do *Comício das reformas*.⁷ Permite-nos, ainda, entrever tendências antigovernistas que, a partir de então, radicalizam e espraiam-se socialmente. O texto define o ato público como provável “comêço de nôvo período de agitações comandadas pelo Presidente da República”. A partir dali, especula-se, Jango adotaria conduta explicitamente autoritária, trocando a “agitação plebiscitária”, direcionada ao “continuísmo” ou à “ditadura consentida”, pelo “bonapartismo” de “bombacha e chimarrão”. No entanto, o presidente não mais surpreenderia o Brasil. O país “já desconfia” do que ele é capaz com sua “ambição” – referência ao “Dia de Vargas”, em agosto passado. Sabe-se que a “influência do comunismo e do brizolismo” vem crescendo com sua “complacência”. Sua “pregação” visando forçar o legislativo a aprovar “reformas constitucionais” de interesse do executivo seria ilegal, prossegue o periódico. Primeiro, porque retificar a Constituição “é assunto de exclusividade total do Congresso”. Segundo, porque o presidente comanda as Forças Armadas, detém poder militar. Para o *Jornal do Brasil*, isto macularia a estratégia política assumida por João Goulart à luz da “democracia representativa que vige entre nós”. Legalmente, cabe às Forças Armadas amparar os “podêres constituídos”.

Posição inversa é a de *Última Hora* que, claramente, mais uma vez assume explicitamente o lado do governo federal na campanha pelas reformas de base, conferindo-lhe ampla publicidade e contestando sistematicamente as queixas da oposição. Quanto ao comício da Central, o diário de Samuel Wainer repercute em detalhes organização e *script*. Nos dias imediatos ao evento, divulga conclamações de diversas entidades sindicais endereçadas a seus filiados e ao povo em geral para que compareçam à manifestação. O periódico chega a publicar, em perfeita harmonia com o discurso governista em defesa das reformas estruturais, esta convocação para o ato:

VOCÊ DEVE ESTAR PRESENTE AO COMÍCIO DAS REFORMAS
Dia 13, às 17:30 horas
Estação Pedro II, Central do Brasil

⁷ JORNAL DO BRASIL. Em Tempo, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50766. Acesso: 04.10.2020.

Você também está convocado a participar desta jornada cívica em favor da concretização imediata das REFORMAS que o Brasil reclama! E, como ponto de partida, vamos realizar a REFORMA AGRÁRIA para dar ao Brasil mais proprietários de terras produtivas para ampliar o mercado consumidor, para criar mais empregos na indústria e acelerar o progresso econômico do país!

POR VOCÊ E PELO BRASIL

Compareça dia 13, às 17:30

GRANDE COMÍCIO DAS REFORMAS

COM JANGO

FALANDO AO POVO! (FERREIRA, 2011, p. 414).

Na antevéspera do *Comício das reformas*, Jango discursa no arsenal da Marinha para seis mil expectadores,⁸ fornecendo-nos uma ideia do que estaria por vir na noite de sexta-feira¹³. Os brasileiros, diz, “não devem preocupar-se” com a “reação” daqueles que “insistem em mistificar e até mesmo em aterrorizar o povo” em razão de uma “manifestação popular”. O “encontro do povo com o seu Presidente” para que apresente, “legitimamente”, suas demandas úteis ao desenvolvimento do país, “a voz do povo nas ruas”, é “democracia”. Jamais um risco a ela, como pregam adversários. Ameaçam-na, sim, seus opositores, que pretendem “estrangular a palavra do povo, quando o povo quer falar e dizer o que pensa e o que sente de sua Pátria e de suas dificuldades”. Também ameaçam a democracia impedindo a reformulação de “velhas estruturas” econômico-sociais incompatíveis com o “desenvolvimento nacional” através das reformas de base, acrescenta Jango. Desse modo, impedem a erradicação de outra ameaça à democracia, que “é a fome, é a miséria, é a doença dos que não têm recursos para enfrentá-la”. Ao contrário do que deseja a “reação”, preocupada apenas com “interesses de grupos privilegiados”, conclui: “A democracia que nós queremos e que haveremos de conquistar é a democracia para o povo, democracia que seja um instrumento a favor do povo, em suas lutas e em suas reivindicações”.

Ao rememorar o comício da Central do Brasil, registra Darcy Ribeiro (1997, p. 348-349):

A 13 de março tivemos o grande Comício das Reformas, na praça principal do Rio, defronte da estação rodoviária e do Ministério da Guerra. O povo, mobilizado através de tudo que um governo pode jogar numa promoção, superava os 300 mil. Alegre e embandeirado, ouviu os grandes líderes populares – Jango, Brizola, o deputado mais votado do Rio de Janeiro, Arraes, governador de Pernambuco, Seixas Dória, governador de Sergipe, o presidente da UNE – além de muitos outros. Todos, afinal, unidos na Frente Única Popular de apoio às reformas exigidas por Jango.⁹

O total empenho do governo federal assinalado por Darcy Ribeiro, vale reiterar, somado ao engajamento de políticos aliados e amplo apoio da liderança sindical, notadamente comunista (MOTTA, 2000), resulta em uma das mais expressivas mobilizações político-populares de nossa história política republicana. Ou, nas palavras do então ministro-chefe do Gabinete Civil, “o mais amplo e profundo movimento reformista da história brasileira”, do qual participam “quase todas as esquerdas não radicais e toda a intelectualidade” (RIBEIRO, 1997, p. 293).

⁸ ÚLTIMA HORA. João Goulart: - Comício Não Ameaça o Povo; A Fome, Sim, Rio de Janeiro, quinta-feira, 12 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/97990>. Acesso: 19.09.2020.

⁹ Não há consenso acerca da quantidade de pessoas presentes no *Comício das reformas*. Os cálculos mais generosos apontam em torno de 300 mil. Durante seu pronunciamento, João Goulart fala em 150 ou 200 mil, números mais recorrentes na bibliografia. Algumas fontes opositoristas estimam aproximadamente 100 mil.

No planque presidencial, além da comitiva do governo composta por Darcy Ribeiro, general Argemiro Assis Brasil, ministro-chefe do Gabinete Militar, pelos três ministros militares – general Jair Dantas Ribeiro (Guerra), almirante Sílvio Mota (Marinha) e o brigadeiro Anísio Botelho (Aeronáutica) –, Abelardo Jurema, ministro da Justiça e outros ministros, encontram-se os já referidos governadores de Pernambuco e Sergipe e Badger da Silveira, governador do estado do Rio de Janeiro, assim como, vários deputados federais – com destaque a Leonel Brizola – e estaduais, líderes sindicais e estudantis. Este grupo disputa o espaço à volta do púlpito destinado aos oradores. Aqueles que fazem uso dos microfones, veem-se levemente projetados acima e à frente dos demais e em condições de estabelecer contato direto com as pessoas que formam as primeiras fileiras de espectadores. Por certo, a todos impressiona a imensa e entusiástica multidão de trabalhadores urbanos e rurais, servidores públicos, sargentos, soldados, estudantes, dentre outros segmentos populares, envolvendo completamente o planque.

Sobre a massiva plateia, além de archotes empunhados por trabalhadores da Petrobras, agitam-se milhares de bandeiras, cartazes e faixas. Em letras garrafais, expressam reivindicações, palavras de ordem, mensagens de apoio às reformas e ao presidente, bem como, críticas a seus adversários. Alguns cartazes estampam figuras, símbolos e personagens políticos. Um exemplo digno de nota é o gorila. Há registros do emblemático animal estilizado com elementos alusivos ao governador da Guanabara. Inclusive, observa-se o gorila com uma corda no pescoço, de óculos e feições faciais que o associam ao udenista juntamente à legenda: “ESTE É O DESTINO DOS GORILAS”. A figura de Carlos Lacerda também aparece seguida da frase: “SEXTA-FEIRA 13 NÃO É DE AGOSTO” (FERREIRA, 2011, p. 420, 422, 423). A “foice e martelo” não ficam de fora (MOTTA, 2000, p. 263), muitas vezes ilustrando *slogans* a favor da legalização do Partido Comunista ostentados por trabalhadores sindicalizados diversos. Os rostos de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola também são recorrentes, em especial, o do “presidente-mártir”.¹⁰

Com o *Comício* já em andamento, no palácio das Laranjeiras, em companhia de Abelardo Jurema, Raul Ryff, Darcy Ribeiro e outros auxiliares, João Goulart assina o decreto da SUPRA, dando início às desapropriações fundiárias com vistas à reforma agrária. Por

¹⁰ Encontra-se facilmente na *internet*, ao alcance de uma rápida busca, expressiva quantidade de fotos do *Comício das reformas* e algumas filmagens. Através delas, é possível identificar a presença de vários setores do operariado (rodoviários, ferroviários, metalúrgicos, portuários, trabalhadores da construção civil, camponeses, dentre outros) e suas diversas localidades de origem. Também é possível observar mais exemplos de cartazes e faixas empunhados por eles: “VIVA O CGT”, “O POVO EXIGE REFORMAS!”, “JANGO!... DEFENDEREMOS SUAS REFORMAS A BALA. METALÚRGICOS”, “OS TRABALHADORES QUEREM ARMAS PARA DEFENDER O GOVERNO”, “VIVA A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR. VIVA A SUPRA”, “JANGO! PEDIMOS CADEIA PARA OS EXPLORADORES DO POVO”, “ESTÁ NA HORA DO MONOPÓLIO INTEGRAL. TUDO DE PETRÓLEO PARA A PETROBRÁS”, “OS MARÍTIMOS APLAUDEM AS REFORMAS DE BASE”, “LEOPOLDINA EXIGE ANISTIA PARA OS SARGENTOS”, etc.

Os jornais que cobrem o evento também trazem rico material fotográfico: ÚLTIMA HORA. Presidente Goulart: – A Constituição Deve Ser Revisada. FOI O MAIOR COMÍCIO DA HISTÓRIA DO BRASIL. O POVO COM JANGO COMEÇA A REFORMA, Rio de Janeiro, **sábado**, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98053>. Acesso: 24.03.2020; JORNAL DO BRASIL. Goulart Decreta a Desapropriação de Terras, Encampa Refinarias e Pede Nova Constituição, Rio de Janeiro, **sábado**, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50791. Acesso: 24.03.2020; JORNAL DO BRASIL. CORDÃO DE METRALHADORAS, Fôrça bélica impõe sorte ao dia treze e HORA DAS EXIGÊNCIAS, Rio de Janeiro, **sábado**, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50806. Acesso: 24.03.2020.

telefone, o ato é imediatamente comunicado ao cerimonial do evento. Diversos oradores sucedem-se na palanque do, segundo *Última Hora*, “comício-monstro” da Central do Brasil.¹¹ Diante da “multidão iluminada” por tochas dos operários da Petrobras, discursam contundentemente em defesa das reformas de base, medidas nacionalistas e liberdades democráticas. Igualmente categóricos, criticam os antirreformistas e entraves constitucionais às reformulações estruturais defendidas pelo governo com apoio das esquerdas. **Aplausos, palavras de ordem, palmas e estampidos de foguetes entrecortam as alocações, preenchendo as pausas dos oradores e os intervalos entre eles.** Sérgio Magalhães, representante da FPN, prepara-se para iniciar o terceiro discurso, por volta das 18:20, quando o público recebe a notícia da assinatura do decreto que daria início à reestruturação fundiária brasileira, irrompendo “em aplausos demorados”.

Aproximadamente as quinze para as oito, ouvem-se sirenes do carro presidencial que, enfim, chega ao *Comício*. Saudações populares e movimentações militares voltadas à segurança pessoal de Jango e seu acesso ao palanque, juntamente com os ministros da Justiça e Gabinete Civil que o acompanham, interrompem o discurso de Doutel de Andrade. Ao retomar a palavra, o líder petebista na Câmara conclama a todos que “cerrem fileiras” junto ao presidente, “líder” da “luta reformista”, para que esta relevante batalha seja “vitoriosa”.¹²

Pouco depois, Leonel Brizola e João Goulart encontram-se no palanque. Sorridentes, trocam abraços e conversam “um no ouvido do outro”. Demonstração de “extrema afetividade” que a muitos surpreende e/ou inquieta, dado o histórico de divergências entre eles e receios de que se aliassem com fins subversivos. Representando a FMP, o deputado falaria por quase 20 minutos (FERREIRA, 2011, p. 422), projetando-se como um dos oradores mais “radicais” do *Comício das reformas* (MOTTA, 2000, p. 263).¹³ Nota-se

¹¹ A relação completa dos oradores do *Comício das reformas* é a seguinte: José Lélis da Costa, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e da CPOS, primeiro a discursar, às dezoito horas; Olímpio Melo, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundários; José Serra, presidente da UNE; Elói Dutra, vice-governador da Guanabara; Sérgio Magalhães, presidente da FPN; Miguel Arraes, governador de Pernambuco; Seixas Dória, governador de Sergipe; Badger de Oliveira, governador do Rio de Janeiro; deputado Leonel Brizola; deputado Hélio Ramos; deputado Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara; senador Artur Virgílio, líder do PTB no Senado; Lindolfo Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e representante do CGT; João Pinheiro Neto, presidente da SUPRA; e João Goulart, cujo pronunciamento encerra o ato público. *ÚLTIMA HORA. GOVERNO E POVO HOJE NAS RUAS PELAS REFORMAS*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98024>. Acesso: 20.03.2020; *JORNAL DO BRASIL*. Cronômetro do Comício, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795. Acesso: 24.03.2020.

¹² *JORNAL DO BRASIL*. Cronômetro do Comício, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795. Acesso: 24.03.2020; *ÚLTIMA HORA. JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS*, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98056>. Acesso: 21.03.2020; *ÚLTIMA HORA. “COMÍCIO DAS REFORMAS” LEVA À CENTRAL MILHARES DE PESSOAS*. Jango Encampa Refinarias e Desapropria Latifúndios, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98054>. Acesso: 20.03.2020.

¹³ Os mais aplaudidos da noite seriam Leonel Brizola, Miguel Arraes, Seixas Dória e, sobretudo, João Goulart, orador principal do evento. **A reconstituição dos discursos apresentada aqui baseia-se em: ÚLTIMA**

ainda que, não obstante, apenas o presidente o superaria em aplausos. Na tribuna, Leonel Brizola denuncia que as “liberdades” do povo “estão sendo ameaçadas e garroteadas”. No âmbito dos poderes estaduais, pela gestão antidemocrática e antipopular de governadores como os de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Mas, especialmente, da “Guanabara, governada por um energúmeno”, que só não impedira aquela reunião pública devido “a ajuda das Fôrças Armadas”. Na esfera política federal, igualmente estrangulava a soberania popular o controle do Congresso por “uma minoria de reacionários” que “não dará mais nada ao povo brasileiro”.¹⁴ Tal situação agrava-se, critica ainda o deputado, em decorrência da “perplexidade” da presidência diante dos problemas nacionais.¹⁵

Para Leonel Brizola há, pois, um “impasse pernicioso” na política brasileira, o qual se faz necessário “romper”. A sociedade exige reformas, entretanto, as instituições representativas vigentes não se mostram dispostas e/ou aptas a realizá-las. Desse modo, propõe, a solução seria a imediata convocação de uma assembleia constituinte, composta de operários, camponeses e militares nacionalistas, “autênticos homens públicos” aos quais caberia “eliminar as velhas raposas do Poder Legislativo”. Se acham que “minha proposta é ilegal”, desafia, realizem “um plebiscito”, transferindo a “decisão” ao “povo brasileiro, que é a fonte de todo o poder”. Vê-lo-iam posicionar-se “em massa pela derrubada do atual Congresso e pela convocação da Assembléia Constituinte”, prevê.¹⁶ A propósito, solicita aos presentes em acordo com sua proposta que levantem os braços. A multidão une-se afirmativamente a ele que, erguendo as mãos junto com o público, revela portar um revólver na cintura (FERREIRA, 2011, p. 423). Prosseguindo, Leonel Brizola afirma seu compromisso com um país “reestruturado”, “reformado” e “livre da espoliação internacional, como rezava a Carta de Getúlio Vargas”. Em conformidade, aconselha João Goulart a “dar um fim no período de conciliação”, “formar um Govêrno popular e nacionalista”, de fato identificado à “vontade do povo” e capaz de atender suas “aspirações”. Encaminhando-se ao encerramento,

HORA. JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS, Rio de Janeiro, **sábado**, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98056>. Acesso: 21.03.2020; **JORNAL DO BRASIL**. Goulart assina em horas o decreto dos aluguéis, Rio de Janeiro, **sábado**, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794. Acesso: 24.03.2020; **ÚLTIMA HORA**. Povo, Tanques, Jango e Democracia, Rio de Janeiro, **segunda-feira**, 16 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/98076>. Acesso: 22.09.2020.

¹⁴ É possível traçar um paralelo entre o impasse contestado por Leonel Brizola e a dissociação instituições representativas-sociedade já criticada por João Goulart em momentos anteriores. Suas ponderações também nos parecem compatíveis às avaliações de Darcy Ribeiro frente a divisão do país em uma minoria antirreformista e uma maioria favorável ao programa de reformas defendido pelo governo federal.

¹⁵ **JORNAL DO BRASIL**. Brizola: Constituinte, Rio de Janeiro, **sábado**, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794. Acesso: 24.03.2020.

¹⁶ **JORNAL DO BRASIL**. Brizola: Constituinte, Rio de Janeiro, **sábado**, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794. Acesso: 24.03.2020.

o deputado congratula-se com Jango por dialogar com os trabalhadores em praça pública, pelos decretos da SUPRA e refinarias de petróleo.¹⁷ Ao despedir-se, assinala: “O nosso caminho é pacífico, mas saberemos responder à violência com violência. O nosso presidente que se decida a caminhar conosco e terá o povo ao seu lado. Quem tem o povo ao seu lado nada tem a temer” (FERREIRA, 2011, p. 423).

Enquanto Leonel Brizola discursa, Jango permanece junto à escada de acesso à tribuna, acompanhado de sua esposa, Maria Thereza. Ao redor do casal, encontram-se Darcy Ribeiro, Abelardo Jurema, os ministros militares e líderes do CGT. Quando Elói Dutra assume a palavra, o presidente é abordado por um repórter que indaga sua opinião sobre o pronunciamento do cunhado. “Calmo, fumando um Marlboro”, Jango diz que, devido ao “barulho”, não o ouvira bem, mas considera que seu discurso: “Foi bom, como todo discurso de mobilização do povo para a luta pelas reformas”. O repórter também o questiona sobre comentários segundo os quais, por ser fazendeiro, ele não se interessaria de fato pela reforma agrária. Justamente por ser fazendeiro e conhecer o problema, deseja-a, responde Jango. “Fala-se nisto de maneira falsa”. O entrevistador ainda pergunta a respeito dos propósitos continuístas a ele atribuídos. “Sério”, comenta o presidente: “Eu passo, você também passa. A única coisa que continua é o povo e o Brasil. Os políticos passam e os homens também”. Além de interpelações de jornalistas, antes de subir ao palanque, Jango receberia 20 pedidos de emprego.¹⁸ Darcy Ribeiro, por sua vez, simultaneamente, acompanha os discursos, fuma alguns cigarros, aplaude os oradores, conversa com amigos e jornalistas. Estes, além de comentários do ministro-chefe do Gabinete Civil a favor da “Instrução 263”, registram que, segundo ele, em 48 horas Jango enviará *Mensagem* ao Congresso solicitando “tôdas as reformas” aos parlamentares, “pois já não é mais possível negá-las”. Como vimos, o presidente fará este anúncio em seu pronunciamento.¹⁹

¹⁷ JORNAL DO BRASIL. Brizola: Constituinte, Rio de Janeiro, **sábado**, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794. Acesso: 24.03.2020.

¹⁸ JORNAL DO BRASIL. **Cronômetro do Comício, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em:** http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795. Acesso: 24.03.2020; JORNAL DO BRASIL. **Goulart Decreta a Desapropriação de Terras, Encampa Refinarias e Pede Nova Constituição, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em:** http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50791. Acesso: 24.03.2020.

¹⁹ Naquele momento, em São Paulo, na escadaria da Catedral da praça da Sé, onde o *Comício das reformas* é retransmitido em volume máximo por um alto-falante, um grupo de senhoras reza o terço. Rogam a Deus que proteja o Brasil “contra a ameaça comunista”, com a participação da esposa do governador da Bahia. JORNAL DO BRASIL. **Cronômetro do Comício, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em:** http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795. Acesso: 24.03.2020; JORNAL DO BRASIL. **Goulart Decreta a Desapropriação de Terras, Encampa Refinarias e Pede Nova Constituição, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em:** http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50791. Acesso: 24.03.2020.

Após Leonel Brizola, falam Elói Dutra e Badger Silveira. Também evocam a memória de Getúlio Vargas, ressaltando as reformas de base como elemento de continuidade do projeto político legado pelo presidente morto em 1954. Por seu turno, assinalam Jango como representante do líder referencial do trabalhismo. O atual presidente, próximo à escada da tribuna, conversa e aguarda sua vez de assumir a palavra. “Jango! Jango!...”, grita a multidão, ansiosa pela presença do orador principal na tribuna.²⁰ Às 20:45, holofotes do Exército iluminam o palanque e, como medida de segurança, todas as janelas do prédio da Central do Brasil. Sob intensas palmas, enfim, Jango inicia seu esperado pronunciamento: “Brasileiros! Valoroso povo do Estado da Guanabara!” À sua direita, está Maria Thereza Goulart, primeira dama. Do lado oposto, Oswaldo Pacheco, de “rosto cerrado”, desempenhando a difícil missão de escudo humano.²¹ Darcy Ribeiro posiciona-se logo atrás do presidente. De acordo com sua assessoria de imprensa, Jango discursa de improviso para melhor dialogar com seus predecessores no púlpito.²² Após agradecer às organizações sindicais e ao povo, dispara contra seus adversários. Responsabiliza-os por uma “campanha de terror ideológico” destinada a sabotar aquele “memorável encontro entre o povo e o seu Presidente”. Para a “reação”, protesta, tal “festa cívica” atentaria contra a democracia:

Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida por esses democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. (...) A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos que eles servem ou representam. (...) é a democracia dos privilégios, é a democracia da intolerância, é a democracia do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que luta contra os governos populares, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao extremo sacrifício.²³

²⁰ JORNAL DO BRASIL. Cronômetro do Comício, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795. Acesso: 24.03.2020.

²¹ De acordo com Ferreira (2011, p. 417-418), aproximadamente às quatro da tarde, Jango informa que não compareceria ao *Comício* porque fontes militares seguras o teriam alertado que um tiro seria disparado contra ele do prédio da Central do Brasil. Para contornar a situação, Oswaldo Pacheco, militante comunista, é designado pela organização do evento para permanecer ao lado do presidente no palanque, “cobrindo o ângulo do prédio da Central”. Além disso, outras providências seriam tomadas para protegê-lo. Com tais garantias, Jango cede aos apelos insistentes e confirma seu comparecimento. O *Jornal do Brasil* refere-se a Oswaldo Pacheco como “um verdadeiro anjo da guarda” do presidente na tribuna. Todavia, por permanecer ao lado de João Goulart durante toda a sua fala “dando pequenos lembretes”. “Lembra ao povo para fiscalizar o decreto do tabelamento dos aluguéis”, diz o sindicalista ao presidente em determinado momento, quando sua voz chega “a sair no rádio”. Jango, imediatamente, retorna ao tema dos aluguéis. JORNAL DO BRASIL. Cronômetro do Comício, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795. Acesso: 24.03.2020. A matéria não se refere ao papel de Oswaldo Pacheco, apontado por Ferreira (2011), em relação à segurança do presidente.

²² ÚLTIMA HORA. Jango Dedicará o Comício à SUPRA, Rio de Janeiro, sexta-feira, 13 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98024>. Acesso: 20.03.2020.

Ainda a incentivar o engajamento político popular democrático em defesa das reformas estruturais, acrescenta João Goulart que, ao contrário do que pregam seus rivais, “a democracia jamais poderia ser ameaçada pelo povo, quando o povo livremente vem para as praças – as praças que são do povo. Para as ruas – que são do povo”. Ameaçam-na sim, replica, aqueles que se prestam a “estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares” e “calar as suas reivindicações”. Portanto, segundo Jango: “Ameaça à democracia, enfim, não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro”.²⁴ Carlos Lacerda e correligionários bem poderiam vestir tal carapuça. Entretanto, importa mesmo assinalar que, apesar de evidentes continuidades com seus discursos em ocasiões anteriores,²⁵ em 13 de março, parece-nos, Jango externa suas concepções democrático-reformistas e confronta opositores com inaudita clareza e contundência. Com todas as letras, denuncia a incompatibilidade dos seus adversários com o regime democrático, apresentando como evidência a já muitas vezes apontada demofobia destes. Democráticas são as perspectivas e práticas de seu governo, de modo algum, as da oposição, esclarece Jango:

Estariamos, assim, brasileiros, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, desta Nação e desses reclamos que, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, levantam o seu grande clamor pelas reformas de base e de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será o complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros, que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria.²⁶

Nestas passagens, o vínculo condicional recorrentemente estabelecido na narrativa governista entre reformas de base e democracia evidencia-se através de nova apropriação ou ênfase. Antes justificadas, sobretudo, como medidas de prevenção a uma iminente convulsão social e conseguinte colapso democrático, agora, as reformas são explicitamente citadas como

²³ Nossa abordagem do discurso de João Goulart no “Comício das reformas”, em 13 de março de 1964, baseia-se nas transcrições encontradas em: ÚLTIMA HORA. JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98056>. Acesso: 21.03.2020; JORNAL DO BRASIL. Goulart assina em horas o decreto dos aluguéis, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50794. Acesso: 24.03.2020; MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. In.: Discursos selecionados do presidente João Goulart. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82. Recorremos ao cotejamento entre elas para dirimir eventuais discrepâncias que, todavia, revelam-se pontuais.

²⁴ MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. In.: Discursos selecionados do presidente João Goulart. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82.

²⁵ Em diversas ocasiões e também no *Comício das reformas*, João Goulart situa as reformas como sua máxima prioridade administrativa, relaciona-as a Getúlio Vargas, ressalta a importância do programa reformista como medida de justiça social, à dinamização e sustentabilidade da ordem vigente, sublinhando, como inerentes à democracia, intervenções públicas reivindicatórias do povo em diálogo com seus representantes.

²⁶ MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. In.: Discursos selecionados do presidente João Goulart. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82.

evidência da natureza democrática do governo vigente.²⁷ Realizar as reformas é atender a vontade majoritária e soberana do povo brasileiro: democracia. Recusá-las, contrariar o desejo coletivo preponderante: autoritarismo. Além de perigoso, posto que sujeitaria o país à ruína social iminente. Mantém-se em perspectiva a decrepitude de certos aspectos das estruturas econômico-sociais e institucionais brasileiras, demandando-se apoio do Congresso para atualizá-las, com prioridade à reforma agrária. A novidade consiste em condicionar a democracia ao programa reformista, defendendo-o abertamente como prova do compromisso democrático do governo. Com isso, renova-se também o contraponto a supostas intenções golpistas imputadas ao governo.

Ainda mais diretamente, entretanto, interessa-nos destacar no excerto supracitado a representação da reforma agrária como “complemento da abolição” ou “carta de alforria do camponês abandonado”. Neste sentido, de acordo com Jango, expressiva parcela da sociedade brasileira, constituída por trabalhadores rurais despossuídos, permanece em condição análoga à escravidão, pois, não obstante o fim legal do escravismo em 1888, mantivera-se subjugada à “miséria” e a mais vil exploração. Redimi-los deste “cativeiro”, defende Jango, pressupõe uma reforma agrária capaz de elevar suas condições de vida e garantir-lhes efetiva liberdade por meio da posse legal da terra. O decreto da SUPRA, embora não seja ainda o programa de reforma agrária propugnado pelo governo, avalia o presidente, “é o primeiro passo” para a “reformulação do nosso panorama rural empobrecido” e conseguinte emancipação do campesinato. Isto é, “uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro”.²⁸

Esses novos raciocínios – por um lado, a defesa das reformas estruturais enquanto evidência do compromisso democrático do governo e, por outro, a representação da reforma agrária como abolição-alforria da terra e/ou trabalhadores rurais pobres – agregam-se ao esforço final empreendido por Jango para legitimar o programa administrativo que assumira, prioritariamente, desde de meados de 1963. Instiga-nos, em especial, o segundo. Isto é, a concepção da reforma agrária como abolição atual, apoiada na ideia de que o “cativeiro” do camponês somente se extinguiria, de fato, mediante redistribuição da terra. Ela nos remete a “projeto de dinamização da estrutura agrária brasileira” de autoria de Darcy Ribeiro.²⁹ O texto,

²⁷ Há tempos, governistas advertem, com frequência, que o país encontra-se frente ao dilema “reformas ou revolução”. Isto é, defendem, conforme reitera Jango em seu discurso no *Comício das reformas*, que “só conquistaremos a paz através da justiça social” pelo “caminho das reformas”, destinadas a “solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, inteiramente superada pela realidade dos momentos em que vivemos”. MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. In.: **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82.

²⁸ MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. In.: **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 83.

²⁹ FUNDAR/MDR/UnB. LEI DE ABOLIÇÃO DA TERRA. DR jg gc 1961.08.25.

dedicado à “alforriar a terra”, segundo o antropólogo, fora originalmente elaborado em 1959. Em 1961, ele o revisa “a pedido” de Armando Monteiro, ministro da Agricultura durante o Gabinete Tancredo Neves, no período parlamentar do mandato de Jango. Não obstante “um pouco envergonhado, por não resistir à tentação de intervir também nos debates da reforma agrária”, Darcy Ribeiro remete-o ao deputado Carlos de Brito Velho (Partido Libertador) em 1º de maio de 1963. Em julho, ao responder a “Carta ao Povo” de Carlos Lacerda, o professor também se refere à medida como “nova abolição” e “abolição da terra”. Na ocasião, ainda denuncia aqueles que a ela se opõem como representantes da tradição da “casa grande e senzala”. Isto é, da tradição escravocrata.³⁰

O referido projeto de lei esboçado por Darcy Ribeiro em 1959 antecipa a noção de complementaridade abolição-reforma agrária acionada por ele em julho de 1963 e por Jango em 13 de março, bem como, elementos fundamentais da proposta de reforma agrária consolidada na *Mensagem das reformas* que, certamente, embasa a fala do presidente no *Comício*. Redigida pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, embora não trate especificamente da reforma agrária como alforria ao trabalhador rural, a *Mensagem* refere-se à ideia correlata de “abolição da ociosidade de nossas terras”.³¹ Entre os aspectos compartilhados entre projeto e *Mensagem*, observamos, por exemplo, o caráter preventivo da reforma agrária frente ao risco de convulsão social e/ou subversão da ordem decorrentes da miséria das populações rurais, sua importância para dinamizar a economia nacional, a função social da terra e a substituição da indenização prévia em dinheiro prevista em lei por desapropriações com pagamento em títulos da dívida pública.

Isto posto, parece-nos razoável deduzir o engajamento de Darcy Ribeiro em favor da reforma agrária e/ou sua ingerência na formulação de aspectos relativos ao tema no ideário do governo trabalhista para além de seu exercício em cargos políticos. Dada a sua formação de cientista social, entre os demais membros da assessoria imediata de Jango, parece-nos que o professor revela-se potencialmente o mais inclinado a tecer raciocínios de viés histórico-sociológico. Corroborar sua atuação político-ideológica no cenário em exame, outrossim, a redação da *Mensagem das reformas*, na qual interpretações que correlacionam presente-passado, com referências à abolição e outros eventos pretéritos, são mobilizadas com

³⁰ CORREIO DA MANHÃ. GOVERNO DENUNCIA CONSPIRAÇÃO, Rio de Janeiro, **terça-feira, 09 de julho de 1963**. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41498 e http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41512. Acesso: 22.06.2018. CORREIO DA MANHÃ. **Darci ataca de novo Lacerda e anuncia reunião em Recife**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de julho de 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/41541. Acesso: 26.06.2018.

³¹ GOULART, João. Mensagem ao Congresso Nacional Remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1964. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1964.

destaque. Diga-se de passagem, podemos identificar nisto continuidades com discursos pretéritos, sejam do próprio antropólogo ou do presidente, em cuja concepção identificamos a agência do primeiro. A proximidade verificada entre ambos os personagens constitui mais um ponto em favor de observações tocantes à atuação de Darcy Ribeiro como ideólogo do governo trabalhista de Jango.

Enquanto Jango realiza seu pronunciamento, posicionado um passo atrás do presidente, Darcy Ribeiro conversa eventualmente com a primeira-dama, Maria Thereza. Comentam um com o outro suas impressões sobre o evento. Nas pausas de Jango, o ministro-chefe do Gabinete Civil aproveita para lhe fazer observações e, até mesmo, indicar “frases feitas”. “Fale mais devagar, presidente”, diz o professor em um desses momentos, sendo captado pelos microfones (FERREIRA, 2011, p. 427). “A hora é da reforma”, prossegue Jango. Especialmente, da reforma agrária. Relacionando-a como elemento fundamental ao progresso das sociedades ora posicionadas na dianteira econômica internacional, Jango defende a medida como incentivo progressista ao desenvolvimento econômico-social brasileiro. Melhorando as condições de vida e o poder aquisitivo do homem do campo, explica, a reforma agrária resultaria em aumento da demanda por bens de consumo. Dessa forma, estimularia o crescimento da nossa produção industrial. Produzindo em maior escala, a indústria nacional ampliaria seus ganhos, multiplicaria a oferta de empregos e aumentaria a remuneração de seus empregados. Assim, também o trabalhador urbano experimentaria melhoria de vida. Os efeitos positivos da reforma agrária no setor industrial refletir-se-iam, por extensão, no comércio. Portanto, observa Jango, a reestruturação fundiária proposta pelo governo federal interessa a todos: trabalhadores rurais e urbanos, industriais e comerciantes. Trata-se de medida econômico-social inegavelmente salutar ao mercado interno brasileiro e à sociedade: “só prejudica uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida”.³²

Ao rememorar a estratégia governista final em defesa das reformas de base, em conformidade com aspectos do pronunciamento de Jango acima assinalados, Darcy Ribeiro (1997, p. 319) considera ser o entendimento do presidente que, destinando-se “parcela do que detemos” para “assentar 10 milhões de famílias como pequenos proprietários”, a propriedade da terra se tornaria “mais difundida e defendida”, além de viabilizar o capitalismo nacional. Ainda de acordo com o antropólogo, essa compreensão do potencial econômico-social amplamente transformador da reforma agrária impulsionara o governo a encará-la como a

³² MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. In.: **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 85-86.

“reforma mais importante na arcaica estrutura social brasileira”. Todavia, crítica, latifundiários e associados encaram-na “com horror”, acreditando “que a tendência irresistível de Jango para o sindicalismo o faria entregar as terras aos comunistas”. Orientados por esse pensamento, mobilizaram-se para frustrá-la, coadunando-se às forças golpistas.

“O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade”, postula Jango no *Comício das reformas*. Na oposição, entrincheiram-se forças reacionárias poderosas. Contudo, “governo e povo”, unidos e inspirados por Getúlio Vargas, que “continua imortal em nossa alma e nosso espírito”, prosseguirão “de cabeça erguida, a caminhada da emancipação social do país”. Prestando “homenagem de respeito” ao ex-presidente, ressalta Jango: “O imortal e grande patriota tombou, mas o povo continua a caminhada, guiado pelos seus ideais”. Desse modo, Jango garante que “nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro”. Não obstante as dificuldades impostas pela “reação”, reitera, seu compromisso com as reformas de base, a “democracia”, a “emancipação econômica”, “justiça social” e “progresso” é “inabalável”. Com apoio popular, das esquerdas, dos “mais significativos líderes populares” que “vieram dialogar com o povo brasileiro” e esteio das formas armadas, lança-se à batalha definitiva pelas reformas de base.³³

Golpe, resistência e queda

O *Comício das reformas*, realizado na Guanabara em 13 de março, sexta-feira, causa profundo impacto na cena política brasileira. Enfim, publicamente, Jango sela aliança com as esquerdas, incluindo seus expoentes mais notórios, como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes, além de órgãos associativos mais expressivos, entre outros, CGT e UNE. A partir de então, unidos, passariam a admoestar o Congresso em favor das reformas, tal qual formalizadas na *Mensagem presidencial* entregue aos parlamentares no domingo subsequente, em alguns casos, excedendo-a. A pressão reformista revelar-se-ia permanente em ações do governo, órgãos e lideranças esquerdistas. Pretende-se transpô-la à contínua mobilização política popular nas ruas. Cartada final de Jango na luta pelas reformas, essa

³³ MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. In.: **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82, 87, 89. Às 21:50, Jango finaliza seu discurso, durante o qual bebe dois copos d'água e enxuga o rosto suado 35 vezes. A intensidade do evento e o calor da noite carioca fazem com que chegue exausto ao final do pronunciamento, que ultrapassara uma hora de duração. Deixa o palanque sob demorados aplausos. Forte escolta policial abre caminho em meio à multidão. Com dificuldade, já cambaleante, o presidente enfim chega ao automóvel que o conduziria de volta ao Palácio das Laranjeiras. JORNAL DO BRASIL. Cronômetro do Comício, Rio de Janeiro, **sábado**, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50795. Acesso: 24.03.2020.

guinada à esquerda, ensaiada no *Dia de Vargas*, em 1963, significa importante arrefecimento da negociação direta e/ou conciliação com setores parlamentares conservadores com vistas à concretizá-las, se não o completo abandono desta via.

A “multidão compacta” – alegre e embandeirada, conforme recorda Darcy Ribeiro (1997) –, ovacionara com “aplausos delirantes” os líderes esquerdistas que se enfileiram no palanque do *Comício*, assumindo sucessivamente os microfones.³⁴ Ostentara bandeiras com a “foice e martelo”, cartazes e faixas com dizeres que atestam sua identidade político-ideológica com os oradores e disposição para a defesa do programa reformista, inclusive pelo confronto direto. Desse modo, reforça certezas em torno da legitimidade social e viabilidade das transformações estruturais propugnadas pelo presidente. Portanto, para as esquerdas, o evento é motivo de grande “entusiasmo”, aponta Motta (2000, p. 263-264). Segundo Ferreira (2011, p. 436), incute-lhes excessiva confiança e/ou “euforia”, levando-as a, erroneamente, autoavaliarem-se fortes o bastante para “a hora do confronto”. O “fabuloso comício”, “o maior da história do Brasil”, é apreendido como “o *fecho eclair* de um nôvo e luminoso horizonte”.³⁵ Organizado com colaboração ativa de líderes sindicais comunistas, o evento recebe oradores esquerdistas veementes. O calor do momento, por certo, instiga-lhes à eloquência e radicalidade especiais. O mais enérgico é Leonel Brizola, que desqualifica o Congresso, segundo ele, demasiado reacionário, propondo substituí-lo por uma Assembleia Constituinte nacionalista e popular. João Goulart profere alocução bem mais moderada. Entretanto, não se exime de criticar seus adversários com inédita severidade, aponta insuficiências da Constituição diante das necessidades do país, incentiva o povo a pressionar o Congresso a aprovar as necessárias reformas e os parlamentares a acatarem a voz das praças. Ademais, vaticina o presidente, sem reformas não há democracia nem se escaparia à convulsão social, com consequências imprevisíveis, talvez até sangrentas.³⁶

Pós-*Comício e Mensagem das reformas*, intensifica-se a corrida das esquerdas pela aprovação do programa defendido por Jango. Conforme argumenta Leonel Brizola em seu discurso, acentua-se a ideia de que a sociedade exige reformas de base, contudo, a depender do atual Congresso, jamais as terá. Portanto, é hora de agir e lutar para resolver o impasse entre povo e instituições. A Frente Popular, liderada pelo deputado gaúcho, inclusive, defende a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para realizar as reformas. Um detalhe importante é que desta não participariam os atuais congressistas. Se achassem ruim, que perguntassem a opinião do povo por meio de plebiscito, desafiara Leonel Brizola, conforme vimos. Essa proposta é consideravelmente mais radical que a “delegação legislativa” ao presidente para que implementasse as reformas mediante subsequente referendo popular, sugerida em sua *Mensagem* ao Congresso.³⁷ Alternativa esta que, por si só, já

³⁴ ÚLTIMA HORA. Povo, Tanques, Jango e Democracia, Rio de Janeiro, segunda-feira, 16 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/98076>. Acesso: 22.09.2020.

³⁵ ÚLTIMA HORA. Comício, Sírio e Outras, Rio de Janeiro, segunda-feira, 16 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98109>. Acesso: 22.09.2020.

³⁶ MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. In.: Discursos selecionados do presidente João Goulart. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82.

³⁷ GOULART, João. *Mensagem ao Congresso Nacional Remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1964*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1964. p. LVIII-LIX.

desperta fortes reações conservadoras. Todavia, com a inarredável decisão de Jango pelas reformas, já demasiado confiantes em seu poder de persuasão, pressão e enfrentamento, as esquerdas sentem-se escudadas. Não apenas superestimam sua própria capacidade política e subestimam o perigo representado pelo avanço da conspiração direitista. Alguns setores da esquerda chegam a supor que Jango ruma para um golpe que garantiria suas pautas comuns.

No entanto, inexistem evidências de conspiração golpista por parte de Jango. Sequer as esquerdas preparam-se efetivamente para o enfrentamento direto seus adversários. Apenas negligenciam, até certo ponto, as instituições liberal-democráticas em seu radicalismo verbal e compreensão evidentemente deturpada da correlação de forças em disputa e da conjuntura (FERREIRA, 2011). Em diversas manifestações como ministro-chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro parece sintonizar-se com a perspectiva excessivamente autoconfiante das esquerdas. Afirma e reafirma peremptória determinação de Jango em defesa das reformas de base. Bem como, garante a disposição e capacidade do presidente para resistir aos golpistas e puni-los exemplarmente. Outros assessores palacianos pronunciam-se nessa mesma linha. Em suas *Confissões*, Darcy Ribeiro (1997, p. 295) recorda ter acreditado até o fim na possibilidade de implementação das reformas e na capacidade do governo debelar o golpe. No entanto, nuança essa perspectiva ao apontar fragilidades do executivo federal frente à escalada golpista. A propósito, junto às renitências dos militares em relação a Jango, aponta que a ambiguidade das esquerdas em relação ao presidente também se soma às circunstâncias que tornam sua campanha final pelas reformas uma “via arriscada”.

Interessa-nos salientar as considerações de Darcy Ribeiro (1997, p. 295) a respeito da relação esquerdas-governo. Ele também entende que as organizações esquerdistas e populares pautam-se em visão distorcida acerca da conjuntura política pré-golpe. “A História nos afunilava”, mas “o povo e as esquerdas, confiantes no proclamado poderio do governo, estavam anestesiados”, observa. Ignoram, assim, perigosas vicissitudes da estratégia política governista, fragilidades próprias e riscos que turvam seu horizonte político. Transparecendo algum ressentimento, lembra o antropólogo, a situação é agravada pelo caráter fragmentário do espectro esquerdista. Enquanto as direitas unificam-se para depor Jango, em vez de unirem-se para defendê-lo, as esquerdas dispersam suas energias, lutando “mais entre si do que contra os adversários” e fazendo “reivindicações abusivas”. Desse modo, ao voltar-se para as esquerdas em busca de apoio, Jango depara-se com um “clima de dissensão”, que Darcy Ribeiro atribui a aliados ambíguos, a exemplo dos comunistas, e opositores abertos menos expressivos, como esquerdistas radicais, trotskistas, católicos, etc.

Os comunistas, engajados em uma luta revolucionária processual rumo ao socialismo, referenciados essencialmente pelo modelo soviético, entendem o programa

reformista, que a “direita” repudia como “revolução sindical comunista”, como pequeno passo em sua odisseia revolucionária, dedicando a Jango um apoio reticente. Os esquerdistas radicais, especialmente inspirados pela revolução cubana, por sua vez, almejam a implantação direta do socialismo. Com efeito, atuando sobretudo nos meios estudantis, denunciam a reforma agrária e ações parlamentares nacionalistas como fatores que conferem sobrevida à ordem vigente, postergando a revolução. Assim, como se as preocupações com a direita golpista já não bastassem, lamenta Darcy Ribeiro (1997, p. 295), Jango precisa estar atento a “possibilidades” de uma eventual situação revolucionária em que o poder pudesse “cair nas mãos de Brizola ou de uma conjunção das esquerdas”, embora não houvesse “risco concreto”. Essa postura das esquerdas, sobremaneira da intelectualidade, é rememorada pelo professor como “uma das dores que mais me doeram naqueles tempos”, ao passo que contribui para fragilizar politicamente o governo.

A crítica de Darcy Ribeiro às esquerdas remonta à lógica que, segundo ele, o movera do comunismo ao trabalhismo sob o impacto da morte de Getúlio Vargas. Dentre outros efeitos práticos, o dramático acontecimento desperta parte da intelectualidade de esquerda para um engajamento político mais pragmático, em detrimento de posturas político-ideológicas estritamente doutrinárias. O antropólogo seguira esta tendência, mantendo-a como ministro-chefe do Gabinete Civil. Ao menos é o que ele sugere. Cotejando sua atuação no governo João Goulart às referidas condutas observadas entre as esquerdas, diz Darcy Ribeiro (1997, p. 295-296): “Eu atuava debaixo do conceito de que o feito, mais que o perfeito, é que fica na História. Mas as esquerdas não abriam mão do perfeito, e o feito alcançável era o pavor das direitas”. Isto é, enquanto estas consideram “inaceitável” o reformismo de Getúlio Vargas e Jango, considerando-o “esquerdismo”, as esquerdas criticam-no por não pressupor a receita “soviética, da propriedade estatal e da ditadura partidária”, ou a fórmula da guerrilha “cubana”. Somando-se a oposição das direitas, a indiferença das esquerdas e o viés democrático-conciliador de Jango, ao contrário das expectativas criadas pelas narrativas correntes, tem-se como resultado um governo cada vez mais fragilizado e vulnerável. Na opinião do professor, a “animosidade” das esquerdas “contra o nacionalismo” e “contra o trabalhismo” ainda tem como agravante o efeito negativo, com consequências duradouras, de impedi-las de formular um projeto próprio passível de apoio popular.³⁸

Simultaneamente a corrida de Jango e esquerdas para implementar as reformas de base pós-*Comício* e *Mensagem das reformas*, acelera-se a conspiração direitista. Pelo crivo dos conservadores, em regra anticomunistas, não haveriam diferenças relevantes entre os

³⁸ Vale salientar que é em tom de autocritica que Darcy Ribeiro apresenta estas reflexões. Visa a incentivar união estratégica no campo esquerdista, jamais deslegitimá-lo ou culpá-lo pelo golpe. Responsáveis por este são, exclusivamente, aqueles que o deliberam e protagonizam. Assim sendo, justifica-se: “Não pense o leitor (...) que eu não goste das esquerdas. Muito ao contrário. Sou de esquerda e acho que ela é a salvação do mundo. Fora da esquerda só há indiferença (...)” (RIBEIRO, 1997, p. 298).

discursos proferidos pelo presidente e Leonel Brizola, defensor da realização das reformas “na lei ou na marra”. Mas, sim, complementaridade. Parece-lhes que, juntos, preparam-se para suplantar a institucionalidade e esquerdizar o país. *Jornal do Brasil* dedica à análise do *Comício e Mensagem* subseqüentes editoriais em que assume postura de clara oposição à estratégia política do governo. Dentre outras denúncias, os textos acusam Jango e Leonel Brizola, “inelegíveis” à presidência por razões legais, de se associarem para quebrar a ordem vigente, impedindo a “sucessão normal” em favor de suas ambições políticas pessoais e esquerdistas.³⁹ Dessa forma, se por um lado *Comício e Mensagem* entusiasma as esquerdas, por outro lado, conforme Motta, (2000, p. 263-264), alarmam, atemorizam e unificam as direitas, impulsionando a trama golpista. Para “conservadores radicais” e “anticomunistas” Jango encaminha-se, claramente, para um golpe com auxílio comunista. Disso resulta uma “união sagrada” contra suposta ameaça revolucionária coordenada pelo presidente sob o pretexto das reformas. Dela participam segmentos militares, políticos conservadores, empresários, religiosos e grupos provenientes das “classes médias”. Ferreira (2011, p. 429) também assinala que o *Comício* estimula “conspiradores de direita”, encorajando-os à unificação para a tomada do poder. Inclusive, com o apoio de liberais desconfiados das intenções de Jango que, portanto, engajam-se no “processo de desestabilização do governo”.⁴⁰

Políticos direitistas opõem-se ao *Comício e Mensagem das reformas* em termos semelhantes, embora eventualmente mais enérgicos e verborrágicos. “A tempestade que anunciei parece estar desabando agora”, declara Ademar de Barros. Para ele, o evento integra “um plano nacional de agitação” comandado pelo “comunismo” para “subverter a ordem” e instaurar “o caos econômico”, com participação de Jango. Isto posto, assinala que o estado de São Paulo encontra-se militarmente preparado para repelir “tentativas de invasão de terras” e outras ameaças, uma vez que os paulistas, como “todos que acreditam em Deus”, jamais aceitariam “um regime escravocrata” e “sem Deus”. Pedro Aleixo, líder da oposição na Câmara federal, denuncia que o *Comício* resulta da mobilização de “tôdas as fôrças subversivas do País”, destinando-se à “pregação escandalosa da revolução”. Considera que o

³⁹ JORNAL DO BRASIL. Os inelegíveis, Rio de Janeiro, **sábado**, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50796. Acesso: 05.10.2020; JORNAL DO BRASIL. Resposta ao desafio, Rio de Janeiro, **domingo**, 15 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50826. Acesso: 09.10.2020; JORNAL DO BRASIL. Mensagem – Ultimato, Rio de Janeiro, **terça-feira**, 17 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51054. Acesso: 09.10.2020.

⁴⁰ Segundo Motta (2000), importa assinalar que, não obstante o argumento anticomunista, principal recurso de legitimação do golpe, revele certo grau de manipulação, muitos golpistas são movidos por autêntico temor ao comunismo, longa e eficazmente cultivado através de representações aterradoras dos comunistas e supervalorização do suposto risco que representariam à ordem vigente. Desse modo, inclusive, surpreende-os a fácil derrota do adversário pelo golpe de 1964. A crença na infiltração comunista nas mais diversas instituições, incluindo as Forças Armadas, pressupõe confrontos relevantes não ocorridos. E, ao contrário do esperado, a repressão desencadeada pelo novo regime não comprovaria a tão propalada marcha revolucionária esquerdista.

“orador oficial da reunião” não fora Jango, mas Leonel Brizola, que usa a tribuna para defender o “fechamento do Congresso Nacional e a demolição de tôdas as outras instituições democráticas”, infringindo a lei de segurança nacional. Ao presidente coubera, através de “sua presença”, “endossar” os “objetivos subversivos” do *Comício* “explícita e implicitamente”, demonstrando sua solidariedade à “revolução” que subordinará o país aos “comunistas”, explica o udenista. Os deputados Adauto Cardoso, José Bonifácio, Oscar Correia, Arnaldo Nogueira entre outros posicionam-se de maneira correlata, alguns deles instigando os militares contra o governo.⁴¹

Carlos Lacerda, claro, não fica fora do coro oposicionista-anticomunista. Afinal, é seu principal expoente nacional. O projeto de Jango para “continuar no poder” tem apoio da Rússia, afirma. A ingerência do país comunista decorreria de sua estratégica associação a “caudilhos e subcaudilhos latino-americanos” para ganhar terreno na região no quadro da Guerra Fria. No caso brasileiro, os russos contariam com o intermédio de Luís Carlos Prestes e do PCB. Daí se entenderia os propósitos do presidente, que “usa os comunistas e é usado por eles”, ao “intimidar o Congresso” e tentar “substituir as eleições pelo plebiscito”. Para Carlos Lacerda, “João Goulart é um fascista a serviço do comunismo”, caracterizado por “total falta de escrúpulos”, que não hesitaria em derramar “o sangue do povo” para alcançar seus interesses políticos continuístas. O governador também admoesta os militares a tomarem posição em defesa da ordem. Em mensagem dirigida a Ademar de Barros e Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda seria ainda mais direto, recomendando às Forças Armadas que “respeitem a lei e não os caudilhos”, defendendo a “democracia”, “liberdade e honra”. A frente direitista busca o *impeachment* de Jango, com a contribuição jurídica de Pedro Aleixo e Bilac Pinto.⁴²

Entre as réplicas governistas aos ataques adversários ao *Comício e Mensagem das reformas*, desponta discurso proferido por Darcy Ribeiro em 21 de março. A trabalhadores desempregados de Brasília, o professor assinala que, estabelecidas as primeiras medidas reformistas do presidente em favor do povo, a “reação destrutiva ao trabalho do Sr. Goulart

⁴¹ JORNAL DO BRASIL. Ademar vê plano de agitação com o comício e compra nôvo travesseiro para dormir bem, Rio de Janeiro, sábado, 14 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50792. Acesso: 05.10.2020; JORNAL DO BRASIL. Pedro Aleixo acusa Goulart de endossar a subversão, Rio de Janeiro, domingo, 15 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/50823. Acesso: 07.10.2020.

⁴² JORNAL DO BRASIL. Goulart está fora da lei, diz Lacerda, Rio de Janeiro, quinta-feira, 19 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51120. Acesso: 11.10.2020; ÚLTIMA HORA. Oposição Agora Quer o “Impeachment” de Jango, Rio de Janeiro, **segunda-feira**, 16 de março de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/98072>. Acesso: 24.09.2020.

atinge agora a sua intensidade máxima”. Contudo, felizmente, compara, o “apoio do povo” ao presidente “é muito mais formidável”. Quanto à *Mensagem* ao Congresso, observa Darcy Ribeiro, “está engasgando a muito parlamentar” o direito de voto dos analfabetos, pois, é importante “conquista” e “arma” popular. Também defende a reforma da Constituição “porque feita pela elite aproveitadora”. Referindo-se ao plebiscito das reformas, o ministro-chefe do Gabinete Civil diz acreditar que o resultado será ainda mais unânime em favor de Jango que no plebiscito sobre a forma de governo, quando “o povo deitou por terra” a emenda parlamentarista que “tinha humilhado o Presidente da República” e o “impedido de trabalhar”. Para corroborar sua confiança de que Jango superaria mais esta crise graças ao apoio popular e estimulá-lo, o antropólogo ainda recorda a renúncia de Jânio Quadros. Afirma que, então, não fossem as “pressões” de trabalhadores na área civil e de correntes do setor militar, “a reação tomaria o poder”. Portanto, o povo é responsável pela posse de Jango, “preferido” por Getúlio Vargas “para transmitir ao povo sua carta-testamento” e, agora, condizentemente, à frente das reformas propugnadas pelo ex-presidente. Por fim, tendo em vista a realização de evento em Brasília equivalente ao ocorrido no Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro informa que Jango estará presente para anunciar pessoalmente “todas as providências que tiver tomado em favor do povo”.⁴³

Para Darcy Ribeiro (1997, p. 345), as recorrentes “provocações” de Carlos Lacerda contribuem fundamentalmente ao agravamento da “conjuntura golpista”. O professor também se refere ao papel da imprensa no pré-golpe. Segundo ele, enquanto os jornais noticiam “falsos preparativos de guerra do governo Jango para fechar o Congresso e impor uma ditadura pró-comunista”, efetivamente, é a direita que se arma para engendrar o golpe (RIBEIRO, 1997, p. 333-334). Os ataques de direitistas e da imprensa ao governo sob o mote da “república sindicalista” recrudescem ainda mais após manifesto político de Castelo Branco, chefe do Estado-Maior, observa o antropólogo. Em sintonia com a doutrina estadunidense na Guerra Fria, o general denuncia que o principal inimigo do país é o comunismo, defendendo sua erradicação “a qualquer custo”. O posicionamento de Castelo Branco, segundo Darcy Ribeiro (1997, p. 349-350), também agrava a já débil situação militar do governo federal. Porém, a gota d’água para a deflagração do golpe seria a “rebelião dos marinheiros” e o modo como o presidente posicionara-se frente ao movimento (RIBEIRO, 1997, p. 350-351).

⁴³ JORNAL DO BRASIL. Darcy repete Vargas ao dizer que o povo não será escravo de ninguém, Rio de Janeiro, **domingo**, 22 de março de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51223. Acesso: 15.10.2020.

O episódio envolve a celebração do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, em 25 de março. A entidade, simpática às reformas sociais e às esquerdas é considerada ilegal. Sílvio Mota, ministro da Marinha, proíbe a comemoração. Todavia, os organizadores decidem mantê-la, realizando-a na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro. O evento reúne cerca de dois mil marinheiros e fuzileiros navais liderados por José Anselmo dos Santos, conhecido como cabo Anselmo, contando com a participação de diversos oradores esquerdistas, entre eles, Leonel Brizola. Jango fora convidado, mas não comparecera. Além de discursos políticos considerados radicais pelos conservadores, marcam a noite protestos contra detenções de marinheiros por razões políticas e reivindicações de melhores condições de vida e trabalho em benefício da categoria. Em resposta, Sílvio Mota incumbe um destacamento composto por 500 fuzileiros navais de invadir o Sindicato. A ordem é prender os organizadores e retirar dali os marujos, vivos ou mortos (MOTTA, 2000; FERREIRA, 2011).

Diante da recusa dos rebeldes em deixar o Sindicato, todavia, parte dos fuzileiros encarregados de reprimi-los adere ao movimento. O almirante Cândido Aragão, comandante da tropa designada pelo ministro, também se posiciona a favor dos revoltosos, renunciando ao posto. Informado da crise, Jango ordena a Sílvio Mota que suste a operação. Insatisfeito, ele se demite, sendo imediatamente substituído por um militar próximo às esquerdas e aos marinheiros, almirante Paulo Mário Rodrigues. Após negociações conduzidas por políticos e sindicalistas de esquerda, com participação do ministro do Trabalho, Amauri Silva, o Sindicato é desocupado no dia 26. Os rebeldes são levados a um quartel do Exército e, em seguida, liberados, comemorando pelas ruas da cidade. Para oficiais de altas patentes, tratara-se de grave quebra do princípio da hierarquia e disciplina, elementar à corporação militar, com sérios riscos à integridade das Forças Armadas (MOTTA, 2000; FERREIRA, 2011).

Desse modo, a crise político-militar enfrentada por Jango, notadamente aprofundada após 13 de março, agrava-se ainda mais com a “rebelião dos marinheiros” e seus desdobramentos. O movimento é interpretado pelos setores conservadores, sobretudo pela alta oficialidade militar, como prova cabal da marcha revolucionária comunista com participação do presidente, outra vez solidário aos subversivos. O entendimento de que Jango desrespeitara a hierarquia e disciplina castrenses ao anistiar os rebeldes é motivo demasiado forte para que militares, mesmo legalistas, simpáticos ao governo e/ou reformistas aceitem a tese intervencionista-anticomunista. Na visão dos setores conspiratórios das Forças Armadas, o inimigo interno – o comunismo – estaria, estrategicamente, sabotando a estrutura de comando

por dentro. Assim, visaria torná-la inoperante para defender o país no momento em que se engendrassse o ataque revolucionário. A irrupção dos marujos constitui, portanto, o elemento que concretiza as condições para deposição de Jango, ativando o dispositivo golpista. As relações entre militares e governo federal encontram-se em situação limite.

Não obstante, embora desaconselhado por auxiliares próximos, inclusive Abelardo Jurema, João Goulart aceita convite para participar como convidado de honra em outro evento político de militares subalternos: a cerimônia de posse da diretoria da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Política Militar. O ato ocorre em 30 de março, à noite, na sede do Automóvel Clube do Rio de Janeiro. Ao verem Jango prestigiar mais um ato político promovido por militares inferiores com tendências de esquerda, acompanhado de membros civis do alto escalão do governo, os golpistas reforçam suas convicções. A crise chega, enfim, ao apogeu (MOTTA, 2000; FERREIRA, 2011). Darcy Ribeiro (1997, p. 351-352) concorda com a participação de Jango na cerimônia, que reúne aproximadamente mil sargentos. No entanto, conforme relata, propõe ao presidente um discurso moderado, com ênfase no respeito à hierarquia militar, visando acalmar os ânimos. Não encontramos o texto que, segundo o professor, Jango teria dispensado. Acreditando ainda ser possível reverter o golpe em andamento, dado o apoio popular, das esquerdas e de setores militares importantes ao governo, recorda Darcy Ribeiro, o mandatário opta por uma prédica “mais radical”. Outra vez falando de improviso, porém, perceptivelmente tenso, recomenda aos sargentos disciplina e respeito à hierarquia militar. Entretanto, reitera com ênfase a necessidade e urgência das reformas de base – prioridade de seu governo – para solucionar os problemas do país, não poupando críticas aos adversários. Trata-se da última aparição de Jango em público. Seu derradeiro discurso como presidente.

Horas antes, José de Magalhães Pinto (UDN), governador de Minas Gerais, divulgara manifesto conclamando uma “revolução preventiva” contra “suposto golpe comunista” preparado por Jango.⁴⁴ Até aí, nada de inédito. Entretanto, desta feita, não se trataria de uma ação oposicionista restrita ao discurso. O esquema golpista está pronto para atuar. Na madrugada seguinte, 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, sediados na cidade mineira de Juiz de Fora, põe suas tropas em campo. Dando início ao golpe militar que resultaria na deposição do presidente, marcham rumo à Guanabara. Segundo Darcy Ribeiro (1997, p. 334,

⁴⁴ CORREIO DA MANHÃ. MAGALHÃES PINTO: JANGO TRAI A LEGALIDADE, Rio de Janeiro, quarta-feira, 1 de abril de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/50193. Acesso: 30.10.2020.

352-353), o levante de Mourão, a quem chama de “vaca fardada”, obedece a instruções do governador. Com a ação militar, Magalhães Pinto pretendia “abocanhar a Presidência” antes de Carlos Lacerda, precipitando assim os acontecimentos, argumenta o antropólogo. Informações obtidas pelo Planalto dariam conta de um esquema golpista programado para maio, conforme mencionamos. Desse modo, inicialmente, Castelo Branco teria considerado a “fagulha saltada” de Minas Gerais “uma temeridade”, uma vez que fechara com os conspiradores a data de dois de abril, que também surpreenderia o governo. Apesar disso, diante da negativa de recuo por parte de Magalhães Pinto, o general recomenda aos demais oficiais apoio às tropas mineiras.

À frente dos preparativos golpistas, além de oficiais militares e do governador de Minas Gerais, figuram os governadores da Guanabara e São Paulo, com apoio secreto dos EUA. Designado “chanceler” de Minas Gerais por Magalhães Pinto, Afonso Arinos de Melo Franco (UDN) obtivera do governo norte-americano garantias de que reconheceriam como nação, em 24 horas, qualquer estado que se rebelasse contra Jango. Caso necessário, o suporte estadunidense estender-se-ia ao campo militar (RIBEIRO, 1997; FERREIRA, 2011; JOSÉ, 2018). Na avaliação de Darcy Ribeiro (1997, p. 353), ao optar pelo confronto armado, com sua habitual “ousadia”, a direita busca defender interesses próprios e norte-americanos, donde resulta o envolvimento destes.⁴⁵ Ainda de acordo com o professor, ao recorrer a forças militares estrangeiras “dispostas a invadir o país”, internacionalizando disputas políticas internas, “a direita brasileira perdera todo o brio”, sujeitando o país a “uma luta de proporções continentais” que poderia ter custado muito sangue e a fragmentação do território nacional.

Recordando sua experiência durante a crise político-militar resultante na deposição do governo João Goulart, afirma Darcy Ribeiro (1997, p. 353):

Eu vi todo o golpe armar-se ao lado de Jango, supondo que podíamos enfrentá-lo. Quando se desencadeou, por parte de um general irresponsável, que contra os desígnios do seu chefe, Castelo Branco, pôs a tropa em campo, a partir de Juiz de Fora, para assaltar o Rio, chegou a nossa hora final de agir.

Assim que toma conhecimento da investida militar mineira, em Brasília, Darcy Ribeiro articula-se para viabilizar pronta e enérgica reação do governo federal. Sua estratégia

⁴⁵ Através do embaixador Lincoln Gordon e do adido militar Vernon Walters, Washington acompanha e incentiva de perto a conspiração direitista no Brasil. Darcy Ribeiro (1997, p. 334) lembra que Lincoln Gordon já vinha há tempos advertindo diretamente governos estaduais e grandes empresas sobre o “perigo comunista” e mobilizando-os à “contra-revolução preventiva” sob assessoria de “Golbery, Hugo Bethelen, Juracy Magalhães, Nelson de Melo e Cordeiro de Farias”. O plano de intervenção militar estadunidense a favor dos golpistas, mais tarde publicizado, tornar-se-ia conhecido como *Operação Brother Sam*. Só não se concretizara porque João Goulart e aliados não opõem resistência efetiva ao golpe.

abarca duas frentes. Retaliar as tropas a caminho da Guanabara e prender líderes políticos golpistas na capital fluminense. Com isso, acredita, abortaria o movimento em seu início. Com o brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da III Zona aérea, Darcy Ribeiro (1997, p. 353) obtém aviões que decolariam do Rio de Janeiro ao encontro da guarnição militar que se desloca de Minas Gerais para a antiga capital federal. Segundo o ministro-chefe do Gabinete Civil: “A tropa que saíra do quartel de Juiz de Fora era formada por recrutas com menos de três meses de caserna. Voltaria correndo para casa se fosse lambida por algumas metralhadoras da aviação fiel ao governo”. O almirante Cândido Aragão, por seu turno, garante a Darcy Ribeiro um destacamento de fuzileiros navais para prender Carlos Lacerda, no palácio do governo carioca, e Castelo Branco, na praia Vermelha, onde estaria reunido com oficiais antigovernistas.

No Rio de Janeiro, Jango busca persuadir os comandantes militares e grupos civis a se manterem fiéis ao governo. Darcy Ribeiro (1997, p. 353) o adverte que “a coisa andara muito demais para que fosse possível enfrentar o golpe apenas com palavras”, insistindo que autorize Francisco Teixeira e Cândido Aragão a efetivarem as ações por ele preparadas contra os golpistas. Ambos só poderiam agir mediante ordem direta do presidente. Todavia, lembra o professor, o perfil pacifista de Jango e seu temor de desencadear uma guerra civil, ao custo de muitas mortes, indis põe o presidente a acionar a força para solucionar a crise. Ademais, pesa o risco de intervenção estrangeira, de cuja preparação já se tinha informações confiáveis. Assim, embora ainda dispondo de dispositivo militar inicialmente capaz de reverter a situação a favor do governo, bem como, de “massas populares de apoio”, Jango prefere persistir na negociação. Nesse ínterim, rapidamente, verifica-se que, no Rio de Janeiro, o presidente sequer tem garantias à sua segurança pessoal. Portanto, em 1º de abril, transfere-se para Brasília. Acompanham-no alguns assessores civis e militares que o auxiliam de perto no enfrentamento da crise militar.

Às 16 horas em ponto, meia hora após chegar ao Palácio do Planalto, em Brasília, Jango dirige-se ao Gabinete Civil. Lá está Darcy Ribeiro, há 24 horas. Dali seguem para o Gabinete Militar. O chefe do executivo é recebido de pé pelos oficiais do Exército, que prestam sua última homenagem ao “Presidente das reformas de base”.⁴⁶ Os militares fiéis ao governo “choravam emocionados”, relata Darcy Ribeiro (1997, p. 354). Após discutirem a situação militar, Jango segue de helicóptero para sua residência na Granja do Torto.⁴⁷ Pouco

⁴⁶ JORNAL DO BRASIL. “Nossa luta está perdida”, disse assessor de Goulart querendo deixar Brasília, Rio de Janeiro, **quinta-feira**, 2 de abril de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51610. Acesso: 17.10.2020.

⁴⁷ Nesse momento, funcionários palacianos são tomados por uma “melancolia de fazer dó”. Em clima típico de fim de governo, iniciam a “limpeza” das gavetas. Alguns leem cartas “às famílias distantes”. Com “embrulhos e

depois, “em mangas de camisa, tresnoitado”, o presidente recebe os deputados Doutel de Andrade, Tancredo Neves e Almino Afonso, o senador Artur Virgílio, Darcy Ribeiro e Waldir Pires (então cotado para Ministro das Relações Exteriores). Também participa da reunião o general Nicolau Fico, comandante militar de Brasília, que se compromete a manter a capital federal por 48 horas, dentre outros. Considera-se, pois, a possibilidade do presidente permanecer na capital federal, buscando dali negociar o fim da mobilização militar contra o governo, até virem depô-lo à força. Auxiliado por Tancredo Neves e Almino Afonso, Jango chega a redigir “Memorial à Nação” em que denuncia as “arremetidas da prepotência e da pressão do poder econômico” contra seu governo em decorrência de suas recentes medidas de caráter nacional-popular, assegurando que “reagirá aos golpes dos reacionários”, com apoio das Forças Armadas e do povo.⁴⁸ O texto é divulgado por Darcy Ribeiro através de rádios locais que ocupara preventivamente como parte de seu plano para viabilizar a resistência governista.

Todavia, sucessivas defecções dos comandos militares em favor do movimento golpista impõem mudanças nos planos de resistência. Decide-se que melhor seria Jango transferir-se para Porto Alegre, região guarnecida pelo III Exército, a cargo do general Ladário Teles, militar fiel ao presidente. Ainda em 1º de abril, à noite, Jango é levado ao aeroporto de Brasília. Viajaria para o Rio Grande do Sul no mesmo avião em que viera do RJ: um Coronado da Varig. Após esperar por duas horas dentro da aeronave, percebe-se não se tratar de mero atraso. Mas, sim, de sabotagem. Wilson Fadul, ministro da Saúde e também oficial da Aeronáutica, providencia outro avião, no qual a comitiva presidencial segue para seu destino. O DC-3 da força aérea singra os céus rumo à região austral do país. Após demorada viagem, aterriza com segurança na capital gaúcha (RIBEIRO, 1997; FERREIRA, 2011; JOSÉ, 2018).

Enquanto Jango busca solucionar a crise político-militar a partir de Porto Alegre, Darcy Ribeiro e Waldir Pires ficam encarregados de sustentar o governo e resistir ao golpe em Brasília. Espera-se que uma ação baseada no III Exército impeça a derrubada do presidente. De volta ao Palácio do Planalto, o ministro-chefe do Gabinete Civil é procurado por membros do Gabinete Militar. Informam-no que deixariam a capital do país. Indignado, Darcy Ribeiro chama-os de “covardes” e “vendilhões do Presidente”. Após a acalorada discussão, fecha-se

pacotes”, despedem-se e saem, “sem pressa”. **JORNAL DO BRASIL**. “Nossa luta está perdida”, disse assessor de Goulart querendo deixar Brasília, Rio de Janeiro, **quinta-feira**, 2 de abril de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51610. Acesso: 17.10.2020.

⁴⁸ **JORNAL DO BRASIL**. Goulart lança manifesto para afirmar que vai resistir, Rio de Janeiro, **quinta-feira**, 2 de abril de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51611. Acesso: 19.10.2020.

em seu gabinete, armado, afirmando-se disposto a não deixar o governo “sem que haja luta”.⁴⁹ Os ânimos exaltam-se ainda mais quando o professor, juntamente com Waldir Pires, toma conhecimento de telegramas entre Nicolau Fico e Costa e Silva – este, automeado ministro da Guerra. Na correspondência, o destinatário merece o tratamento de “meu chefe” do comandante que, horas antes, prometera guarnecer a capital federal em favor do governo. Darcy Ribeiro repreende-o aos gritos: “Ele não é seu chefe. É um macaco. Você não merece vestir a saia da Iracema”, secretária do Gabinete Civil ali presente.⁵⁰ Em meio às tensões, Darcy Ribeiro busca tomar medidas contra o avanço do golpe. Em suas próprias palavras: “Fiquei no meu posto de chefe da Casa Civil, passando pitos e dando ordens incumpríveis”. Concretamente, consegue reunir cerca de mil “candangos” no Teatro Nacional com o objetivo de realizar a ocupação pacífica da Câmara e do Senado. A ação seria posta em prática na manhã seguinte. Com isso, pretende-se inviabilizar eventual votação de *impeachment* contra Jango (RIBEIRO, 1997, p. 355).

Todavia, Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso e opositor declarado de Jango, reúne deputados e senadores em plenário já na noite de 1º de abril. Mediante informações de que Jango deixara Brasília, apressa-se para consumir o golpe no legislativo, pondo em questão seu paradeiro com objetivo claro de destituí-lo. Por volta da meia-noite, às pressas, Doutel de Andrade corre do Congresso ao Palácio do Planalto para informar a Darcy Ribeiro e Waldir Pires que, no legislativo, afirma-se que Jango abandonara o país. Face à iminência do *impeachment*, preparam um comunicado oficial aos parlamentares informando-os que Jango está reunido com integrantes de seu ministério e oficiais do III Exército em Porto Alegre. Logo, em território nacional e em pleno exercício de suas “atribuições constitucionais”. Com o documento datilografado pelo consultor-geral e assinado pelo ministro-chefe do Gabinete Civil nas mãos, Doutel de Andrade corre de volta ao plenário. O texto é lido na tribuna e entregue ao destinatário, o presidente do Congresso. Não obstante, Auro de Moura Andrade está decidido a cancelar o golpe militar. Ignorando o Palácio do Planalto, normas regimentais e a Constituição, declara “vaga a presidência da República” e convoca Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara e sucessor legal de Jango, a tomar posse como chefe do executivo. Desse modo, às duas horas da madrugada de dois de abril,

⁴⁹ JORNAL DO BRASIL. Darcy vai resistir no pôsto, Rio de Janeiro, quinta-feira, 2 de abril de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/51611. Acesso: 19.10.2020.

⁵⁰ Trata-se de Iracema Kemp, advogada. Segundo testemunho de Waldir Pires (JOSÉ, 2018, p. 39), Darcy Ribeiro também teria dito a Nicolau Fico: “General, agora, olhando bem para o senhor, vejo que tinha de ser isso mesmo. Estou vendo a sua cara de gorila que obedece cegamente a um gorilão maior”.

consuma-se a deposição de Jango. Logo, o judiciário e os EUA reconhecem o novo governo, legitimando-o (RIBEIRO, 1997; FERREIRA, 2011; JOSÉ, 2018).

A notícia chega imediatamente ao Palácio do Planalto. Sobre seu estado emocional naquele instante, narra Darcy Ribeiro (1997, p. 355-356):

Eu estava siderado. Tinha os pés e as mãos atados, a boca tapada. Justo naquela hora em que minha disposição era enfrentar canhões com minhas carnes. Era atirar, arrasar. Uma imagem que não me saía da cabeça era a figura de Auro, que eu queria esmagar.

Darcy Ribeiro, então, pensa no presidente do Congresso como alguém detestável. Filho do “maior grileiro de terras do Brasil”, seguindo o exemplo do pai, Auro de Moura Andrade apoderara-se de “centenas de quilômetros de terras” nos estados de São Paulo e Mato Grosso. “Terras que retinha como suas, como carnes de seu corpo. Tirar o naco delas seria como arrancar-lhe a mão”. Claro, não poderia ser outra coisa senão representante da reação contra Jango. Não havia razão para esperar que se destacasse, a não ser como eminente golpista. Enquanto ruminava essas ideias, com indignação e mágoa, lembra ainda Darcy Ribeiro (1997, p. 356):

Os oficiais me olhavam assombrados, sem coragem de insistir que eu saísse. As pessoas que eu chamara, Zé de Catão, meu amigo de infância, e frei Mateus, vice-reitor da UnB, me olhavam com espanto. Iracema sorria, tentando me alegrar. Aquela era minha hora de chumbo. Hora que eu preferia estar morto a sofrê-la: a hora do derrotado. Não disse palavra. Lá fiquei mudo, me roendo. Nem pensar ordenadamente pensava. Só sentia uma dor surda que retesava meus músculos, estirava meus nervos e me deixava pronto para disparar. Para onde? Para nada!

Efetivada a deposição de João Goulart pelo Congresso e, portanto, nada mais havendo a fazer em Brasília, Darcy Ribeiro e Waldir Pires apressam-se para embarcar rumo a Porto Alegre. Resta-lhes integrarem-se à resistência governista na capital sulina. Assim, deixam o Palácio do Planalto. Tomam providências necessárias à segurança e traslado de familiares, despedem-se destes e, em seguida, dirigem-se à Base Aérea, ainda na madrugada de dois de abril. Waldir Pires chega ao aeroporto antes do amigo. “Doutor Waldir, o que o senhor está fazendo aqui?”, pergunta-lhe surpreso o major de plantão. O consultor-geral esclarece que ele e ministro-chefe do Gabinete Civil embarcariam para Porto Alegre com o objetivo de juntar-se a Jango. Seriam conduzidos pelo coronel Avelar, informa. “Se virem o senhor aqui, vão prendê-lo”, adverte o major, acrescentando que o coronel está em casa e recomenda que saísse logo dali. Não satisfeito, através do telefone mais próximo, Waldir Pires comunica-se diretamente com o coronel. Em sua residência, ele informa que não poderia decolar, posto que o novo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, a quem já

estaria subordinado, proibira decolagens sem sua expressa autorização. Mais um militar considerado fiel ao governo que debandara para o lado dos golpistas. Chegando à Base Aérea, Darcy Ribeiro é inteirado da situação por Waldir Pires, inclusive, da existência de ordem de prisão contra eles. Precisariam buscar outros meios para deixar Brasília. Rapidamente, deixam o aeroporto, seguindo os conselhos do major (JOSÉ, 2018, p. 40; RIBEIRO, 1997, p. 356).⁵¹

Após tentarem, em vão, viajar para Porto Alegre, visando escapar à onda de prisões políticas já em andamento, Waldir Pires e Darcy Ribeiro refugiam-se. O primeiro na casa de Beatriz Caporal, secretária da Casa Candango e amiga de sua esposa, Yolanda Pires. O segundo dirige-se, primeiramente, ao seu apartamento de reitor da UnB, há tempos desocupado, “empoeiradíssimo”. Com “um cansaço de 72 horas”, dorme profundamente até que, dez horas depois, Zé de Catão e frei Mateus o acordam para avisar que a tropa mineira vasculha as imediações a sua procura. Então, Darcy Ribeiro transfere-se para a casa da amiga Selma, onde passa dois dias, “sempre tenso”. Na noite-madrugada de dois para três de abril, lideranças do governo derrubado reúnem-se no apartamento de Bocaiúva Cunha. Mediante avaliações de conjuntura, decidem que detentores de mandatos parlamentares permaneceriam em Brasília, resistindo no legislativo. Darcy Ribeiro e Waldir Pires deveriam integrar-se à resistência na capital gaúcha, conforme desejam. Rubens Paiva – “queridíssimo” e “bravo” amigo “trucidado pela ditadura”, recorda o antropólogo –, assume a responsabilidade pelo traslado. Providencia um Cessna, de Jango, e as autorizações necessárias à operação do monomotor na capital federal. Embarcariam em quatro de abril, às seis da manhã, na abertura do tráfego aéreo (JOSÉ, 2018, p. 13-14, 40-41; RIBEIRO, 1997, p. 357).

De madrugada, como combinado, Rubens Paiva busca Darcy Ribeiro e Waldir Pires em seus respectivos esconderijos, conduzindo-os ao aeroporto. Às quatro horas, escondem-se junto à cabeceira da pista, permanecendo deitados para não serem vistos. Na hora marcada, a “avioneta” se aproxima, estacionando em posição de decolagem. Darcy Ribeiro e Waldir Pires abraçam o amigo com afeto e gratidão, embarcando rapidamente. A torre dá “luz verde”, sinal combinado como autorização à partida do Cessna. Entretanto, o piloto, Carlos Brum, que por razões de segurança desconhece a natureza da operação e os passageiros, reluta. Já em movimento, esperava autorização verbal padrão pelo rádio, impossível uma vez que comprometeria os colaboradores da Base Aérea. Afinal, Darcy

⁵¹ Vale lembrar que boa parte da baixa oficialidade militar é simpática ao governo, o que, por certo, favorece Darcy Ribeiro e Waldir Pires naquele momento.

Ribeiro determina energicamente que decole: “Nada de voltar!”. O “teco-teco” ganha os céus (JOSÉ, 2018, p. 13-14, 40-41; RIBEIRO, 1997, p. 357).

O destino inicial é uma fazenda em Mato Grosso, perto da fronteira com a Bolívia, também pertencente a João Goulart. De lá, devidamente reabastecido, o Cessna seguiria até São Borja e, finalmente, de lá para Porto Alegre. As escalas devem-se a limitações da pequena aeronave e cuidados inspirados pela clandestinidade da viagem. A chegada à fazenda se dá ainda na manhã de quatro de abril. Conversando com os “peões”, Darcy Ribeiro e Waldir Pires logo percebem que não estão seguros. O clima nos arredores é de terror. A pretexto de apoio ao golpe militar e defesa de suas terras, proprietários rurais vizinhos estão de prontidão, com capangas armados ao encalço de supostos inimigos. O Cessna despertara-lhes atenção e já buscam informações sobre a identidade dos passageiros. Assim, quanto antes deixassem o local, melhor. Entretanto, o combustível necessário à continuidade da viagem viria em outra aeronave. O atraso desta se prolonga, aumentando a insegurança. Diante disso, já envolvido na operação, Carlos Brum sugere aos passageiros um plano alternativo: continuar vôo com gasolina de caminhão. Trata-se de combustível mais fraco, explica o piloto, porém, já experimentado por ele com êxito noutra ocasião limite. Não há margem para hesitações: carregam a aeronave com latas cheias do combustível à disposição. À noite inteiram-se da situação política nacional pelo rádio. Pouco antes, à tarde, Jango exilara-se no Uruguai. Portanto, não há mais condições e/ou motivos para irem até Porto Alegre, avaliam. A vitória dos golpistas está praticamente consumada, revela o noticiário, segundo o qual, ademais, as forças militares que permanecem fiéis ao governo são escassas e declinantes (JOSÉ, 2018; RIBEIRO, 1997).

Sentindo o amargo sabor da derrota, recorda Darcy Ribeiro (1997, p. 357), na manhã seguinte, cinco de abril, voam em direção “às florestas do lado paraguaio do rio Paraná”. Após algum tempo de vôo, aterrizam em “um campo de pouso usado por contrabandistas”, onde transferem “a gasolina das latas para o avião”. Em seguida, decolam sentido Uruguai, passando por instantes de demasiada tensão. Devido ao combustível mais fraco, o Cessna ganha altura apenas no último instante possível, já no limite da pista com a floresta. “Naquele dia, por um triz, não ficamos enterrados permanentemente no Paraguai”, diria Darcy Ribeiro, anos depois, ao lembrar a aventura compartilhada com o amigo Wadir Pires.⁵² “Várias horas” depois, “já dentro do território uruguaio”, na altura de Tauperi, deparam-se com “uma forte tempestade elétrica” que obriga Carlos Brum a um pouso forçado

⁵² RIBEIRO, Darcy. Waldir. Salvador: [s.n], 1981. p. 9 (*apud* JOSÉ (2018, p. 18).

em meio a um rebanho de ovelhas. A arriscada aterrissagem ocorre por volta das 15:00 horas. Imediatamente, os três ocupantes da aeronave seguem a pé por uma estrada de terra. Deparando-se com curiosos que, por sua vez, dirigem-se ao pequeno avião, informam-se sobre a localização do desembarque. Estão a aproximadamente 90 quilômetros de Salto, destino pretendido. Caminhando, alcançam a estação balneária de Arapey, onde conseguem hospedagem.

Conforme registra Darcy Ribeiro (1997, p. 358):

Por acaso, desembarcamos junto a um hotel de turismo, que tinha uma bela piscina de água quente. Eu e Waldir caímos na água, era um descanso de reis. Mas aí nos chamaram. Um sargento uruguaio chegara para nos prender. Ao saber por Waldir que não éramos contrabandistas, que éramos perseguidos pedindo asilo político, sua atitude transmutou. Encheu-se de orgulho dos uruguaios como protetores de todos os perseguidos da América. No dia seguinte conseguiu um carro que nos levou para Montevidéu.

No Brasil, logo noticia-se a façanha dos fiéis assessores e amigos de Jango. Surpreendentemente, Darcy Ribeiro e Waldir Pires chegam ao Uruguai “atravessando com um aviãozinho uma tempestade elétrica, no final de uma fuga de dois mil e quinhentos quilômetros, consumindo gasolina de automóvel”. Após vivenciarem “uma violenta experiência de poder” e se aventurarem perigosamente por céus internacionais, “sorridentes” e “efusivos, como quem vinga uma montanha”, “os dois moços, muito moços”, comentam: “Fomos os últimos a sair de Brasília”.⁵³ Encerraram-se assim, sob a angústia de uma acachapante derrota e as incertezas do exílio, os passos de Darcy Ribeiro como proeminente ideólogo do governo trabalhista de Jango. Têm início, então, seus itinerários latino-americanos, tão relevantes quanto, inclusive, com participações nos governos de Salvador Allende e Juan Velasco Alvarado, respectivamente, no Chile e Peru.

REFERÊNCIAS

CORREIO DA MANHÃ. 1963 e 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização

⁵³ FERREIRA, Edwaldo Dantas. Última página de uma aventura. **Folha de São Paulo.** São Paulo, abr. 1964 (*apud* JOSÉ, 2018, p. 21).

Brasileira, 2011.

FGV. CPDOC. MENANDRO, Heloísa. **Comício das reformas**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comicio-das-reformas>. Acesso: 20.10.2020.

FUNDAR/MDR/UnB. **LEI DE ABOLIÇÃO DA TERRA**. DR jg gc 1961.08.25.

GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional Remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1964**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1964.

JORNAL DO BRASIL. **1963 e 1964**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

JOSÉ, Emiliano. **Waldir Pires: uma biografia**. v. 1. Rio de Janeiro: Versal, 2018.

MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil. *In.*: **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 82.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000.368 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ÚLTIMA HORA. **1963 e 1964**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.